



HR – Aluguer de Automóveis, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2025

Autohellas

Índice

Relatório de Gestão	3
Demonstrações Financeiras.....	25
Anexo às Demonstrações Financeiras	28
Certificação Legal das Contas	66
Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	67



Relatório de Gestão

Aos Senhores Acionistas:

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da HR – Aluguer de Automóveis, S.A. (“Empresa” ou “Sociedade”) vem submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório de gestão, referenciando os factos mais relevantes do exercício, assim como a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Resultados e demais relatórios financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2025 e respetiva proposta de aplicação dos resultados.



1. Enquadramento Macroeconómico



1.1 - A Economia Mundial

Em 2025, a economia mundial manteve um crescimento moderado, embora enquadrada por um contexto de elevada incerteza geopolítica, tensões comerciais e volatilidade nos mercados energéticos e financeiros.

Segundo o Banco de Portugal, o crescimento da economia mundial situou-se em cerca de 3,4% em 2025, refletindo a resiliência do consumo privado e do mercado de trabalho nas principais economias avançadas, apesar de um enquadramento internacional marcado pela manutenção de políticas monetárias restritivas durante grande parte do exercício. O comércio mundial registou um crescimento próximo de 4,7%, beneficiando da recuperação gradual das cadeias logísticas e da estabilização da atividade económica em diversas geografias.

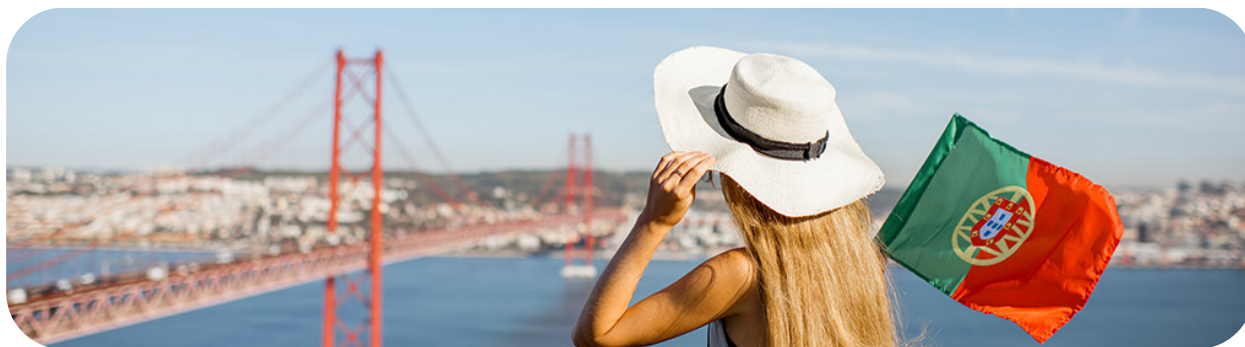
Nos Estados Unidos, a economia continuou a apresentar um crescimento sólido, sustentado pelo consumo privado, pelo investimento empresarial e pelo dinamismo associado à transformação tecnológica e à inteligência artificial. Na Zona Euro, o crescimento económico manteve-se mais moderado, situando-se em torno de 1,5%, condicionado pelo abrandamento da atividade industrial, pelo menor dinamismo das exportações e pelos efeitos acumulados das taxas de juro elevadas.

A inflação mundial prosseguiu a trajetória de desaceleração iniciada em 2024, beneficiando da estabilização gradual dos preços da energia e das matérias-primas, embora tenham permanecido pressões inflacionistas em determinados setores, nomeadamente nos serviços e custos laborais.

O exercício ficou igualmente marcado pela persistência dos conflitos geopolíticos no Médio Oriente, pelo agravamento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China e pelo aumento da fragmentação

geoeconómica, fatores que continuaram a afetar as cadeias globais de abastecimento, os mercados financeiros e os custos energéticos.

As perspetivas para 2026 permanecem positivas, embora condicionadas pela evolução do contexto geopolítico internacional, pela volatilidade dos preços energéticos e pela incerteza associada às políticas monetárias e comerciais das principais economias mundiais.



1.2 - A Economia Portuguesa

Em 2025, a economia portuguesa voltou a evidenciar resiliência, mantendo um crescimento superior à média da Zona Euro, apesar do enquadramento internacional marcado por incerteza geopolítica, desaceleração económica em algumas economias europeias e volatilidade nos mercados energéticos.

De acordo com o Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto português deverá ter crescido 1,9% em 2025, após um crescimento de 2,1% em 2024. O crescimento da atividade económica foi sustentado sobretudo pelo consumo privado e pelo investimento.

O consumo privado registou um crescimento de 3,5%, refletindo a solidez do mercado de trabalho, a evolução favorável dos rendimentos das famílias e a desaceleração da inflação. O investimento manteve igualmente uma evolução positiva, com a Formação Bruta de Capital Fixo a crescer 3,5%, suportada pela execução de fundos comunitários e por investimentos associados à transição energética, digitalização e modernização empresarial.

O mercado de trabalho permaneceu robusto ao longo do exercício, com o emprego a crescer 2,3% e a taxa de desemprego a situar-se em cerca de 6,0%, mantendo-se em níveis historicamente reduzidos.

A inflação continuou a desacelerar face aos níveis registados nos anos anteriores, com o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor a situar-se em aproximadamente 2,2% em 2025, refletindo a estabilização gradual dos preços da energia e dos bens alimentares.

O setor do turismo voltou a assumir um papel determinante na economia portuguesa em 2025, mantendo-se como um dos principais motores da atividade económica nacional. Portugal continuou a afirmar-se como um destino turístico de referência internacional, beneficiando da forte procura externa, da estabilidade do país enquanto destino seguro e da elevada conectividade aérea.

Durante o exercício, os estabelecimentos de alojamento turístico registaram cerca de 32,5 milhões de hóspedes e 82,1 milhões de dormidas, correspondendo a crescimentos de aproximadamente 3,0% e 2,2%, respetivamente, face ao ano anterior. As receitas turísticas ascenderam a cerca de 29,1 mil milhões de euros, representando um crescimento aproximado de 5,0% face a 2024.

O tráfego aéreo nos aeroportos nacionais continuou igualmente a apresentar uma evolução favorável, com o número de passageiros desembarcados a atingir cerca de 36 milhões em 2025, representando um crescimento aproximado de 4,7% face ao exercício anterior, reforçando a dinâmica da atividade turística e da mobilidade internacional.

O crescimento da atividade turística continuou a refletir-se positivamente nos setores ligados à mobilidade e transporte, sustentando os níveis de procura no setor de rent-a-car ao longo do exercício. A economia portuguesa continuou ainda a beneficiar da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como da melhoria gradual das condições financeiras ao longo do ano, fatores que contribuíram para suportar o investimento e a atividade empresarial.

As perspetivas para 2026 permanecem cautelosamente positivas, embora enquadradas por um contexto externo mais desafiante e por níveis elevados de incerteza geopolítica e económica. Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2026, sustentada pela estabilidade do mercado de trabalho, pelo investimento apoiado por fundos europeus e pela continuidade do contributo do turismo para a atividade económica nacional.

1.3 Sobre a Hertz



A Hertz, marca com mais de 100 anos de história e reconhecida como uma referência internacional no setor de rent-a-car, distingue-se pela consistência, qualidade e abrangência dos serviços prestados, disponibilizando soluções de mobilidade através de uma vasta rede internacional de aluguer de viaturas.

A marca opera através das insígnias Hertz, Dollar, Thrifty e Firefly, estando presente em cerca de 145 países distribuídos pelos seis continentes. A sua rede integra aproximadamente 11.000 lojas, entre unidades próprias e em regime de franchising, assegurando presença nos principais mercados internacionais e destinos turísticos.

Em Portugal, a Hertz está presente desde 1959. Atualmente, a HR Aluguer de Automóveis S.A., sociedade maioritariamente detida pela Autohellas Tourist and Trading S.A., detém o master franchise da marca Hertz Rent a Car para Portugal.

A Autohellas é franchisada da Hertz desde 1966 e desenvolve atividade nas áreas de rent-a-car, renting e distribuição automóvel, operando na Grécia e em vários países do sudeste europeu. A empresa encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Atenas e integra o Grupo Th. Vassilakis, que desenvolve igualmente atividade no setor do transporte aéreo através da companhia aérea Aegean Airlines.



A HR Aluguer de Automóveis S.A. atua como Master Franchise para Portugal Continental e Regiões Autónomas, Cabo Verde e Angola. Em Portugal, a Hertz dispõe atualmente de uma rede com cerca de 56 lojas de aluguer, representando igualmente as marcas Dollar, Thrifty e Firefly.

A Hertz disponibiliza uma oferta diversificada de soluções de mobilidade, procurando assegurar elevados padrões de qualidade de serviço, inovação e proximidade com os seus clientes.

HR Aluguer de Automóveis, S.A. em Números

DADOS DE 2025

Hertz

FINANCEIROS



71,2M€

Volume de Negócios



21,7M€

EBITDA



-1,6M€

EBIT



-2,6M€

Resultado Líquido



47,0M€

Net Debt



2,16x

Net Debt / EBITDA



20%

Autonomia Financeira

OPERACIONAIS



56

Rede de Lojas



297

Colaboradores



1.234

Viaturas Vendidas



40,48€

Receita por dia



5.836

Frota Média



7.959

Frota Pico



72,1%

Taxa de Utilização

ESTRUTURA ACIONISTA

ACIONISTA	PARTICIPAÇÃO
Autohellas Tourist and Trading S.A.	85,10%
Duarte Nobre Guedes	4,96%
Marta Mendes Pires	4,96%
Ações Próprias	4,98%

PORTFÓLIO

Participação: 100% em todas as empresas



HR Ride Portugal

HR RIDE Spain

HR Ride Italy

HR Tours



HR Link



HR Cabo Verde

Sucursal



HRZ Angola



2. Atividade Comercial

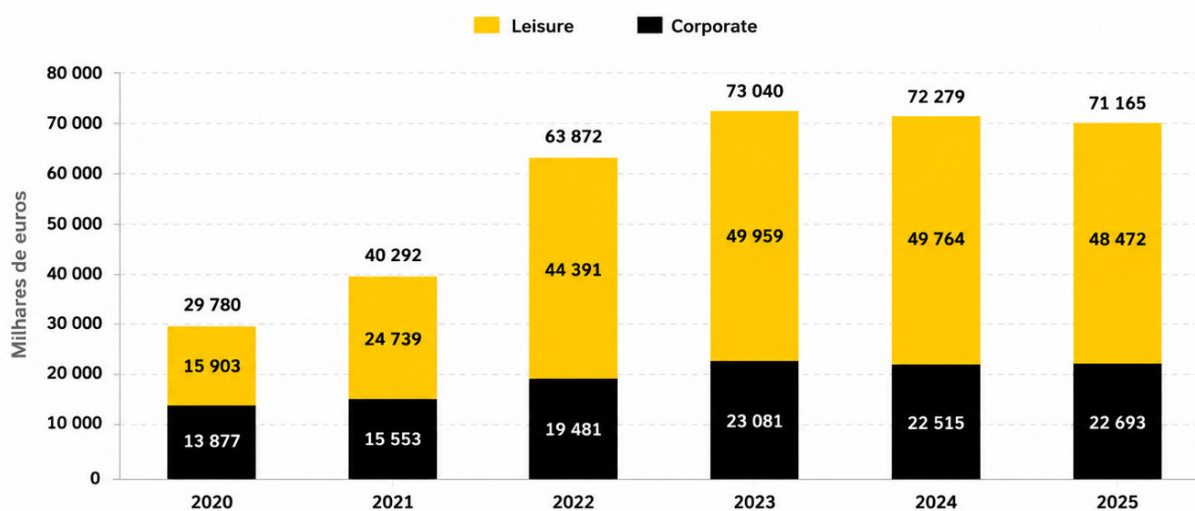
Em 2025, a atividade de aluguer da HR – Aluguer de Automóveis, S.A. manteve-se globalmente estável face ao exercício anterior, num contexto de mercado caracterizado por uma maior disponibilidade de frota e por uma crescente pressão concorrencial. Apesar deste enquadramento, a empresa consolidou o crescimento do número de dias de aluguer vendidos, tendência que se mantém no início de 2026.

Após os níveis tarifários excecionalmente elevados observados em 2022 e 2023, motivados pela escassez de viaturas no mercado, o setor entrou numa fase de maior normalização, refletindo-se na estabilização da faturação da atividade de rent-a-car.

FATURAÇÃO POR SEGMENTO – MILHARES €

Hertz

Evolução anual da faturação por segmento (milhares de euros)



LEISURE

48 472

milhares €

68,1%
do total 2025



CORPORATE

22 693

milhares €

31,9%
do total 2025



TOTAL 2025

71 165

milhares €

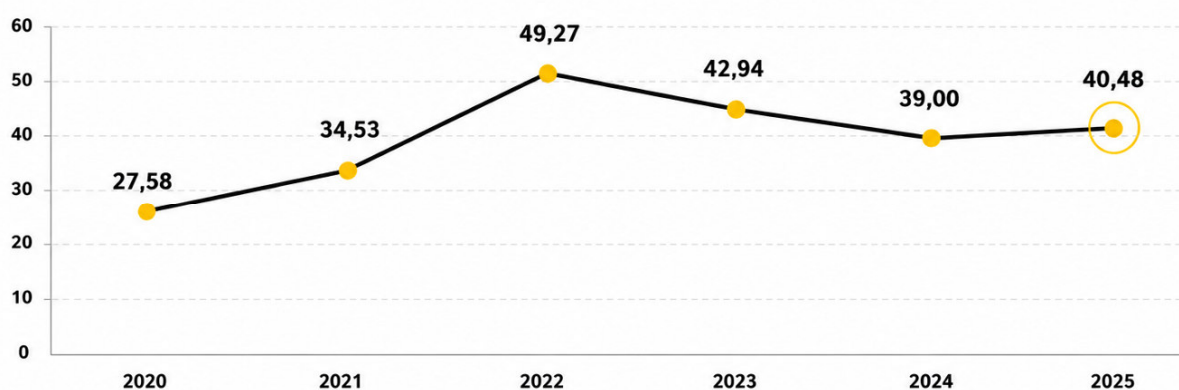
A faturação continuou a assentar numa carteira de clientes diversificada, distribuída pelos segmentos Corporate e Leisure, permitindo reduzir a exposição à sazonalidade e assegurar uma maior estabilidade da atividade ao longo do ano. O segmento Leisure continuou a representar a principal fonte de receita da empresa, mantendo um peso significativo na faturação total, enquanto o segmento Corporate preservou uma contribuição relevante e consistente para o negócio.

RECEITA MÉDIA POR DIA (€)

Hertz

Evolução anual

Receita média por dia (€)



RECEITA MÉDIA
POR DIA
(€)

2020
27,58

2021
34,53

2022
49,27

2023
42,94

2024
39,00

2025
40,48

A Receita Média por Dia registou uma evolução positiva em 2025, fixando-se em 40,48 euros, recuperando face ao exercício anterior. Esta evolução demonstra a capacidade da empresa para otimizar as tarifas praticadas, mantendo uma adequada competitividade nos diferentes segmentos de mercado.

A estratégia comercial da empresa continuou a assentar na complementaridade das diferentes marcas do Grupo Hertz, permitindo responder de forma abrangente aos diversos segmentos de mercado. A marca Hertz manteve o seu posicionamento no segmento premium, a Firefly permaneceu orientada para o segmento low cost, maioritariamente direcionado para o mercado Leisure, enquanto as marcas Dollar e Thrifty continuaram a reforçar a oferta da empresa no segmento intermédio. Esta estratégia permite responder de forma diferenciada às necessidades dos clientes, assegurando uma oferta abrangente e competitiva.



3. Hertz 24/7 – Vansharing

Em 2025, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. prosseguiu o desenvolvimento do serviço **Hertz 24/7**, reforçando a sua oferta de soluções de mobilidade através de um modelo totalmente digital, disponível 24 horas por dia e orientado para uma experiência de utilização simples, rápida e autónoma.

Ao longo do exercício, a empresa continuou a expandir a sua rede de parceiros comerciais, consolidando a presença deste serviço em novos pontos de disponibilização e reforçando a proximidade aos clientes que procuram soluções flexíveis para necessidades ocasionais de transporte.

O Hertz 24/7 constitui uma solução diferenciadora no mercado nacional, permitindo o acesso a viaturas comerciais através de uma aplicação móvel, sem necessidade de interação com balcões físicos, respondendo de forma eficiente às novas exigências de conveniência, flexibilidade e digitalização dos serviços de mobilidade.

Simultaneamente, este modelo promove uma utilização mais racional dos recursos, incentivando a partilha de viaturas e contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, em linha com a estratégia da empresa de inovação contínua e criação de valor para os seus clientes.

4. Rede de Lojas

Em 2025, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. procedeu a uma revisão da sua rede de lojas, no âmbito da estratégia de otimização da cobertura territorial e da melhoria da eficiência operacional.

Na sequência desta análise, foram efetuados ajustamentos na rede, privilegiando a concentração da atividade em localizações com maior potencial comercial e operacional. Esta reorganização permitiu otimizar a afetação da frota, reduzir custos de distribuição e reforçar a rentabilidade da rede, mantendo uma cobertura nacional adequada às necessidades dos diferentes segmentos de clientes.

No final do exercício, a rede nacional era composta por 56 pontos de operação, distribuídos por 25 lojas próprias da marca Hertz, 21 agentes, 7 subfranchisados, localizados na Região Autónoma dos Açores, e 3 lojas da marca Firefly, assegurando uma presença sólida em Portugal Continental e Regiões Autónomas.

A otimização da rede integra-se na estratégia de melhoria contínua da eficiência operacional, procurando garantir uma utilização mais eficiente dos recursos, sem comprometer a qualidade do serviço prestado aos clientes e reforçando a posição da Hertz como uma das principais referências do setor de rent-a-car em Portugal.



5. Frota

A gestão da frota constitui um dos principais ativos estratégicos da HR – Aluguer de Automóveis, S.A., assumindo um papel determinante na qualidade do serviço prestado, na eficiência operacional e na rentabilidade da atividade.

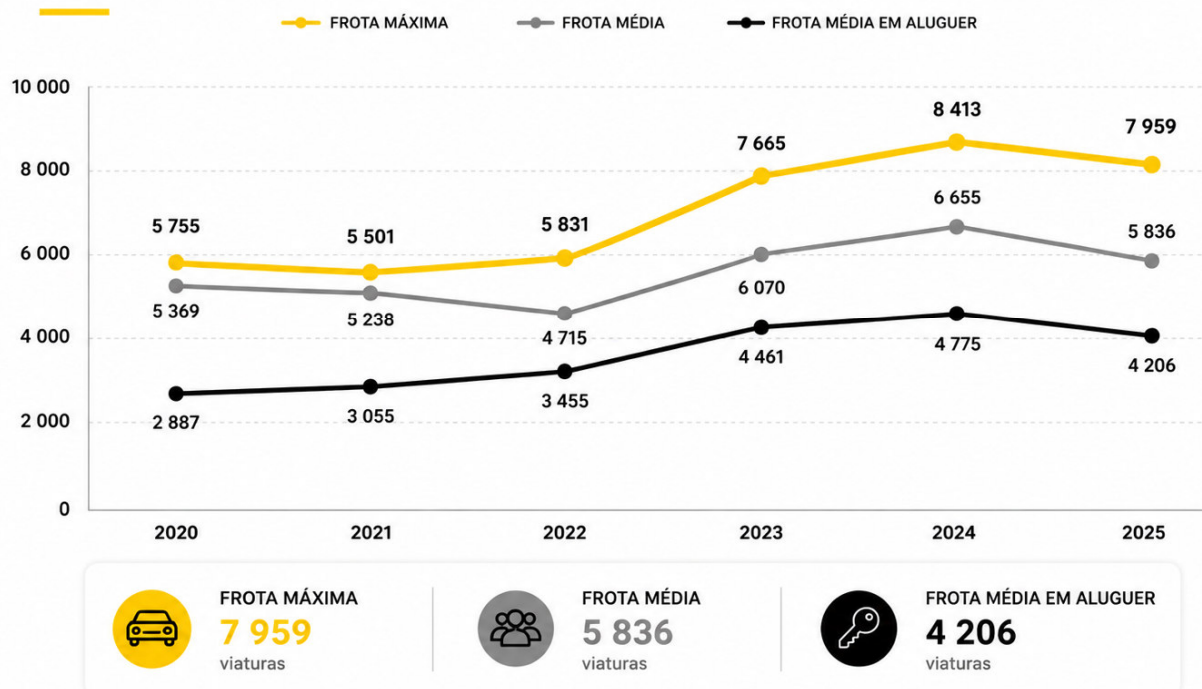
Em 2025, a empresa realizou investimentos em frota própria no montante de 18,7 milhões de euros, prosseguindo uma política de renovação seletiva do parque automóvel, ajustada à evolução da procura e às necessidades da operação. A evolução da frota ao longo do exercício refletiu a estratégia da empresa de adequação da capacidade instalada aos níveis de procura, privilegiando uma utilização mais eficiente dos ativos e uma gestão criteriosa do investimento.

A frota média situou-se em 5.836 viaturas, enquanto o pico de frota atingiu 7.959 unidades. A taxa média de utilização fixou-se em 72,1%, refletindo uma gestão equilibrada entre a disponibilidade de viaturas e a capacidade de resposta às necessidades dos diferentes segmentos de clientes.

EVOLUÇÃO DA FROTA

(n.º de viaturas)

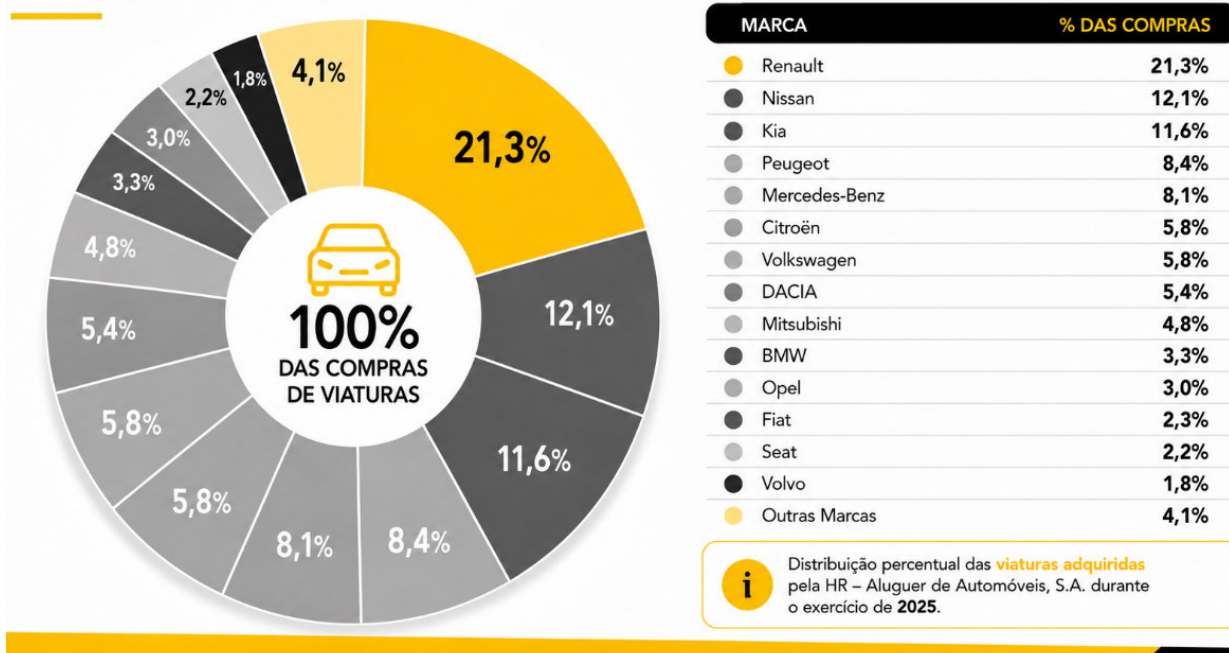
Hertz



A empresa continuou igualmente a disponibilizar uma frota diversificada, abrangendo os principais segmentos do mercado e assegurando uma oferta ajustada às diferentes necessidades de mobilidade. Paralelamente, manteve o acompanhamento da evolução tecnológica do setor automóvel, avaliando de forma contínua a incorporação de soluções de mobilidade mais sustentáveis, em função da evolução do mercado, da procura e da maturidade das diferentes tecnologias.

COMPRAS DE FROTA 2025 – MARCAS

Distribuição percentual das compras de viaturas em 2025

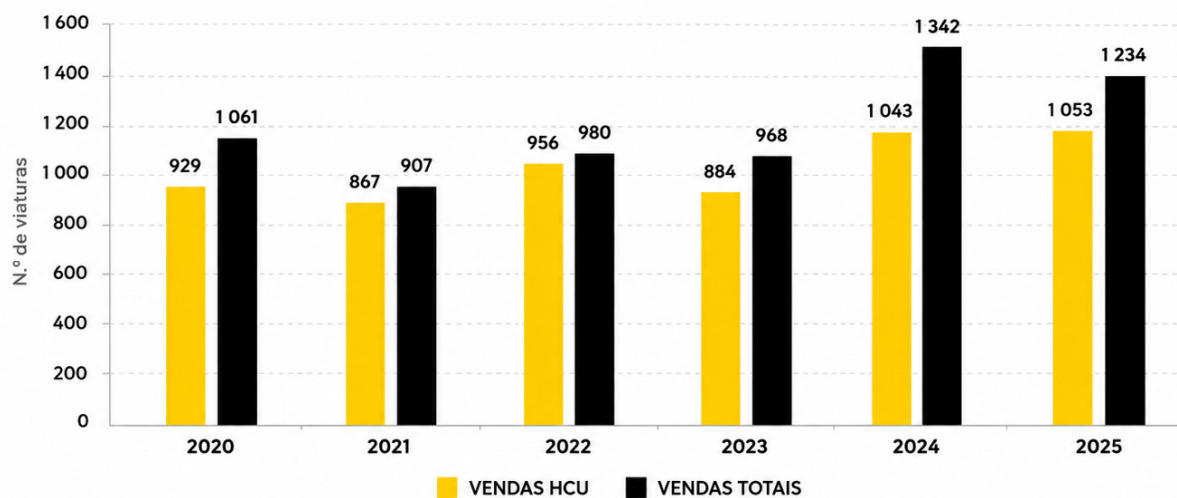


No âmbito da gestão do ciclo de vida da frota, foram comercializadas 1.234 viaturas, correspondentes a um volume de vendas de 19,5 milhões de euros. Destas, 1.053 viaturas foram comercializadas através da Hertz Carros Usados, evidenciando a relevância da venda direta ao consumidor final na estratégia de valorização dos ativos da empresa. A normalização do mercado de veículos usados, após o contexto excecional de valorização registado nos anos anteriores, traduziu-se numa redução das margens de comercialização, acompanhando a evolução observada no setor. Ainda assim, a empresa manteve uma gestão rigorosa do valor residual da frota, assegurando uma adequada rotação dos ativos e a renovação contínua do parque automóvel.

VENDAS DE VIATURAS

(n.º de viaturas)

Hertz



VENDAS TOTAIS
1 234
viaturas



VENDAS HCU
1 053
viaturas



% HCU / TOTAL
85%
do total de vendas

A Hertz Carros Usados continuou a afirmar-se como uma referência no mercado nacional de veículos usados, reforçando em 2025 a sua estratégia de proximidade ao cliente com a inauguração da Super Loja da Grande Lisboa, localizada em Sintra. Este novo espaço, o maior da marca em Portugal, disponibiliza cerca de 200 viaturas para entrega imediata e uma equipa comercial dedicada, reforçando a capacidade de resposta da empresa e consolidando a aposta na venda direta ao consumidor final. Este investimento contribui para fortalecer a presença da Hertz Carros Usados no mercado e reforçar a valorização dos ativos da empresa.

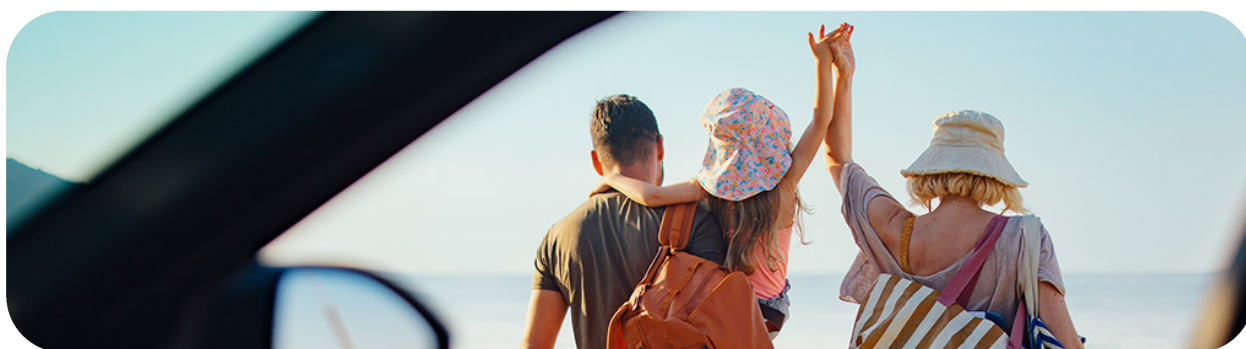


6. Qualidade

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. deu continuidade, durante o exercício de 2025, ao processo de revisão e atualização dos seus procedimentos internos, com o objetivo de assegurar o alinhamento do sistema de gestão com a evolução operacional e organizacional da empresa.

Neste contexto, e em articulação com a entidade certificadora, foi acordado o reagendamento da auditoria externa de acompanhamento da certificação ISO 9001 para 2026, permitindo a consolidação das alterações implementadas e a conclusão do processo de atualização documental e procedimental em curso.

Paralelamente, a empresa definiu um novo plano de auditorias internas e reforçou os mecanismos de acompanhamento e melhoria contínua dos seus processos, mantendo a qualidade, a eficiência operacional e a satisfação do cliente como pilares fundamentais da sua atividade.



7. Sustentabilidade e ESG

A HR – Aluguer de Automóveis, S.A. manteve, em 2025, o seu compromisso com a integração dos princípios Environmental, Social and Governance (ESG) na gestão da sua atividade, reforçando uma

estratégia orientada para a criação de valor sustentável e para a adoção das melhores práticas de responsabilidade empresarial.

Após ter sido distinguida pelo Turismo de Portugal como a primeira empresa do setor de *rent-a-car* reconhecida no âmbito do programa Empresas Turismo 360º, a empresa deu continuidade à monitorização dos seus indicadores ESG através da plataforma FOREST, assegurando uma avaliação estruturada do seu desempenho ambiental, social e de governação, em linha com as melhores práticas internacionais.

No domínio ambiental, a empresa prosseguiu as iniciativas destinadas à redução do seu impacto ambiental, destacando-se a monitorização das emissões de CO₂ da frota, a produção de energia através de painéis fotovoltaicos e a implementação de medidas de eficiência energética e hídrica nas suas instalações.



Na vertente social, manteve o compromisso com a valorização dos seus colaboradores, promovendo políticas de igualdade de oportunidades, formação contínua, saúde e segurança no trabalho, respeito pelos Direitos Humanos e iniciativas que favorecem a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal.

Ao nível da governação, a empresa continuou a reforçar os mecanismos de transparência, ética e controlo interno, através, nomeadamente da aplicação do Código de Boa Conduta, das políticas de prevenção da corrupção e de ofertas e hospitalidade, bem como da promoção das melhores práticas de gestão e controlo do risco.

A integração dos princípios ESG constitui um elemento estruturante da estratégia da empresa, reforçando a sustentabilidade do negócio, a criação de valor a longo prazo e a confiança dos seus clientes, colaboradores, acionistas, parceiros e demais partes interessadas.



8. Recursos Humanos

As pessoas continuam a constituir um dos principais fatores diferenciadores da HR – Aluguer de Automóveis, S.A., contribuindo diariamente para a qualidade do serviço prestado, para a proximidade aos clientes e para a concretização dos objetivos estratégicos da empresa.

No final de 2025, a empresa contava com 297 colaboradores, o que representa um crescimento de 2,7% face ao exercício anterior. Esta evolução acompanhou o desenvolvimento da atividade e permitiu reforçar a capacidade operacional da organização, assegurando elevados padrões de qualidade e de serviço em toda a rede.

Ao longo do exercício, a empresa manteve uma forte aposta na valorização e desenvolvimento dos seus colaboradores, promovendo ações de formação orientadas para o reforço das competências técnicas e comportamentais, bem como para a atualização contínua dos conhecimentos necessários ao desempenho das diferentes funções.

Paralelamente, continuou a promover um ambiente de trabalho assente na valorização das pessoas, na igualdade de oportunidades, na diversidade, na inclusão e na promoção da saúde e segurança no trabalho, incentivando uma cultura organizacional baseada na responsabilidade, no compromisso e na melhoria contínua.

A empresa considera que o investimento contínuo nas suas pessoas constitui um fator essencial para a qualidade do serviço prestado, para a sustentabilidade do negócio e para a criação de valor a longo prazo



9. Área Económica Financeira

O exercício de 2025 ficou marcado pela adoção, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), substituindo o anterior referencial contabilístico SNC. Para efeitos de comparabilidade, as demonstrações financeiras de 2024 foram reexpressas de acordo com o novo normativo, refletindo os impactos decorrentes desta transição.

Entre os principais efeitos da adoção das IFRS destaca-se a revisão da política de depreciação da frota, passando a taxa média anual de aproximadamente 20% para 12,5%, em linha com a vida útil económica estimada dos ativos. A transição implicou igualmente a reavaliação da frota, com impacto de cerca de 7,9 milhões de euros nos resultados transitados, bem como o reconhecimento de uma imparidade de aproximadamente 1,4 milhões de euros relativa a viaturas cuja alienação ocorrerá em 2026. O exercício foi ainda influenciado pelo reconhecimento de custos não recorrentes com pessoal, associados à saída de dois quadros da empresa.

Num contexto de mercado caracterizado por uma elevada pressão concorrencial e pela redução das tarifas de aluguer, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. registou um volume de negócios de 71,2 milhões de euros, valor muito próximo do registado no exercício anterior. O EBITDA ascendeu a 21,7 milhões de euros, mantendo-se em níveis historicamente elevados e evidenciando a capacidade da empresa para gerar resultados operacionais e fluxos de caixa, apesar do enquadramento mais exigente do setor.

O resultado operacional (EBIT) foi de -1,6 milhões de euros, refletindo essencialmente o impacto da imparidade reconhecida sobre a frota destinada a alienação em 2026 e dos custos não recorrentes com pessoal registados durante o exercício. O resultado líquido cifrou-se em -2,6 milhões de euros, igualmente condicionado pelos referidos fatores extraordinários e pelos ajustamentos decorrentes da adoção das IFRS.

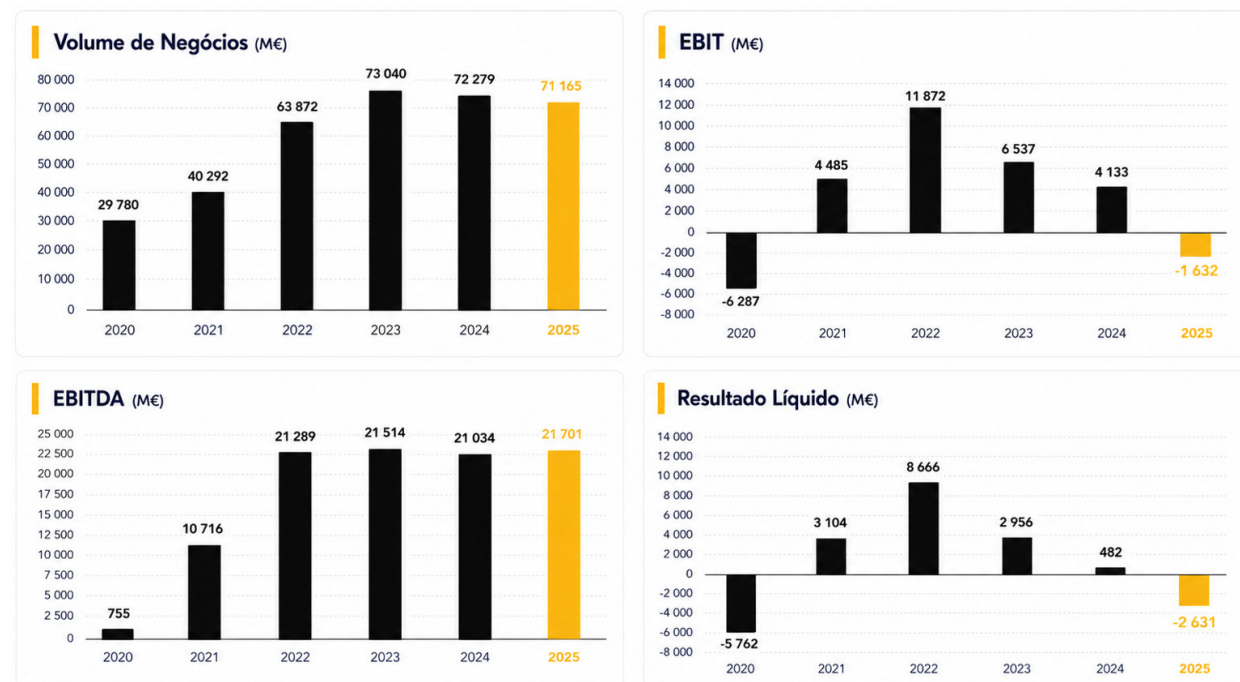
Importa igualmente referir que os resultados do exercício continuam a refletir o impacto das decisões de investimento em frota adotadas durante o período de forte escassez de viaturas registado em 2022 e 2023. Nesse contexto, a reduzida disponibilidade de programas Buy Back levou a empresa a reforçar o

peso das viaturas de risco na sua frota. Paralelamente, as viaturas adquiridas nesse período beneficiaram de níveis de desconto significativamente inferiores aos historicamente praticados pelos fabricantes, refletindo as limitações da oferta então existentes no mercado automóvel.

Esta realidade implicou um prolongamento do ciclo médio de renovação da frota, atrasando a alienação das viaturas e condicionando os resultados obtidos na sua comercialização. Com a progressiva normalização do mercado automóvel, a empresa voltou a dispor de um maior leque de soluções de aquisição, conjugando programas Buy Back com viaturas de risco adquiridas em condições comerciais mais competitivas. Esta evolução permite otimizar a composição da frota e aproximar o ciclo de renovação das viaturas do momento economicamente mais eficiente para a sua alienação, prevendo-se que contribua gradualmente para a melhoria da rentabilidade da atividade nos próximos exercícios.

Apesar destes impactos, a empresa manteve uma estrutura financeira sólida, apresentando uma dívida líquida (Net Debt) de 47 milhões de euros, correspondente a um rácio Net Debt/EBITDA de 2,16x, e uma autonomia financeira de 20%, indicadores que evidenciam uma posição financeira equilibrada e adequada ao nível de investimento exigido pela atividade de rent-a-car.

A adoção das IFRS representa um marco importante na evolução da empresa, aproximando o seu relato financeiro das melhores práticas internacionais e assegurando um maior grau de transparência, comparabilidade e alinhamento com os critérios de reporte do Grupo Autohellas.



Nota: Valores em milhares de euros.

Nota: Os dados de 2020 a 2023 são apresentados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC).
Os dados de 2024 e 2025 são apresentados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Em 2026, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. terá como principal objetivo o regresso a resultados positivos, prosseguindo uma estratégia assente no crescimento sustentável da atividade, na melhoria da eficiência operacional e na criação de valor para os seus clientes, colaboradores e acionistas.

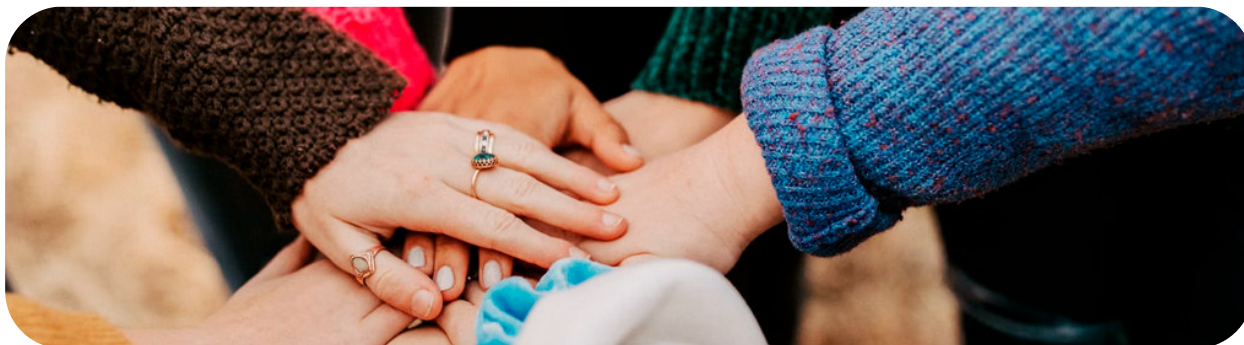
A empresa continuará a privilegiar o crescimento da receita através da otimização das tarifas, do reforço da venda de serviços complementares e da recuperação dos segmentos Corporate e Replacement, procurando simultaneamente melhorar os principais indicadores operacionais, nomeadamente a utilização da frota e a receita por viatura.

A experiência do cliente continuará a assumir um papel central na estratégia da empresa, através da melhoria contínua dos níveis de satisfação, da simplificação dos processos e do reforço da digitalização, suportados pela adoção de novas soluções tecnológicas que permitam prestar um serviço cada vez mais eficiente, ágil e diferenciador.

A eficiência operacional manter-se-á como uma prioridade estratégica, através da otimização da gestão da frota, do reforço do controlo de custos, da melhoria dos processos internos e da revisão contínua da rede operacional, assegurando uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Em paralelo, a empresa prosseguirá o seu plano de investimentos estratégicos, destacando-se a conclusão do novo Centro de Colisão do Montijo, o desenvolvimento da nova unidade Hertz Carros Usados na Abrunheira e o projeto de criação de um novo polo operacional no Norte do país, integrando as áreas de manutenção, preparação de viaturas, Hertz Carros Usados e logística, reforçando a capacidade operacional e a eficiência da organização.

A empresa continuará igualmente a investir nas suas pessoas, na inovação e na transformação digital, convicta de que estes fatores constituem pilares essenciais para reforçar a competitividade, promover um crescimento sustentável e consolidar a posição da Hertz como uma das principais referências do setor de rent-a-car em Portugal.



10. Responsabilidade Social da HR Aluguer de Automóveis, S.A.

A HR – Aluguer de Automóveis, S.A. mantém o seu compromisso com a responsabilidade social, apoiando iniciativas que promovem a inclusão, a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde desenvolve a sua atividade. A empresa acredita que a criação de valor deve ser acompanhada por uma atuação responsável e por um contributo ativo para a sociedade.

Durante 2025, a empresa continuou a colaborar com diversas instituições de reconhecido mérito social, das quais se destacam:

- **Just a Change** – Associação dedicada à reabilitação de habitações degradadas, contribuindo para a melhoria das condições de vida de famílias em situação de vulnerabilidade.
- **Banco Alimentar Contra a Fome** – Instituição que apoia milhares de pessoas através da recolha e distribuição de bens alimentares por todo o país.
- **Operação Nariz Vermelho** – Instituição Particular de Solidariedade Social que promove o bem-estar emocional de crianças hospitalizadas através da intervenção dos Doutores Palhaços nos serviços pediátricos.

Através destas iniciativas, a HR – Aluguer de Automóveis, S.A. reafirma o seu compromisso com uma atuação socialmente responsável, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais solidária e inclusiva.

11. Resultados

A HR – Aluguer de Automóveis, SA obteve, no exercício findo, resultados líquidos do exercício negativos em 2.631.272 Euros.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido negativo do exercício, no valor de 2.631.272, propõe-se a aplicação a seguir indicada:

Resultados transitados: Euro -2.631.272

13. Outras informações

Conforme disposição prevista no n.º 4 do artigo 397.º do C.S.C. informa-se que no decorrer do exercício de 2025 não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais.

De acordo com as determinações legais, declara-se que a Sociedade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal.

Não foram adquiridas ou alineadas ações próprias durante o exercício, sendo que a sociedade detém 30.500 ações próprias a 31 de dezembro de 2025.

A Empresa detém uma sucursal em Cabo Verde, desde 1999. Atualmente com uma rede de 3 lojas e com uma frota de 66 viaturas.

14. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício, estando a processar-se normalmente a atividade da empresa.

15. Notas de Agradecimento

Para terminar, uma referência especial ao excelente relacionamento institucional com a Hertz Internacional e pelo apoio recebido na expansão das atividades desenvolvidas pela HR – Aluguer de Automóveis, SA com a marca Hertz, em Portugal e no estrangeiro.

Uma nota de agradecimento também especial aos membros do Conselho Fiscal, pelo apoio e colaboração recebidos.

Regista-se e agradece-se também o bom relacionamento conseguido com os nossos clientes, credores, fornecedores e demais parceiros de negócio e entidades com as quais a Empresa se relaciona.

Finalmente, uma nota muito especial de agradecimento aos colaboradores da Empresa que, com o seu interesse e desempenho, continuam a envolver-se dedicadamente neste projeto, e que são fundamentais para o seu sucesso.

Prior Velho, 31 de maio de 2026



Demonstrações Financeiras

HR - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024 reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	36 935 015	38 840 663
Ativos sob direitos de uso	8	31 582 001	30 255 572
Ativos intangíveis	9	324 936	347 460
Investimentos em subsidiárias	10	828 804	828 804
Outros investimentos financeiros	11	-	-
Outros ativos financeiros	11	686 629	677 796
Ativos por impostos diferidos	12	998 570	794 730
Total de Ativos não correntes		71 355 954	71 745 025
Ativo corrente			
Inventários	13	611 192	690 618
Clientes	14	6 986 894	5 742 586
Outros créditos a receber	15	6 389 283	5 531 903
Diferimentos	16	454 179	455 601
Ativos não correntes detidos para venda	17	18 171	739 412
Caixa e depósitos bancários	5	6 688 434	6 371 946
Total de Ativos correntes		21 148 154	19 532 066
Total do Ativo		92 504 108	91 277 090
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	3 059 790	3 059 790
Ações (quotas) próprias	18	(2 454 398)	(2 454 398)
Reservas legais	18	3 144 898	3 144 898
Resultados transitados	18	17 966 971	17 515 848
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	18	(629 932)	(655 715)
		21 087 329	20 610 423
Resultado líquido do período		(2 631 272)	482 369
Total do capital próprio		18 456 057	21 092 793
Passivo não corrente			
Provisões	19	213 079	203 295
Financiamentos obtidos	20	16 188 537	17 826 569
Passivos por locação	21	16 169 962	15 619 243
Passivos por impostos diferidos	12	1 514 473	2 442 693
Total de Passivos não correntes		34 086 051	36 091 801
Passivo corrente			
Fornecedores	22	3 659 277	3 821 614
Financiamentos obtidos	20	8 259 329	8 760 789
Passivos por locação	21	13 037 887	10 289 681
Outras dívidas a pagar	23	15 005 507	11 220 413
Total de Passivos correntes		39 962 000	34 092 497
Total do passivo		74 048 051	70 184 297
Total do capital próprio e do passivo		92 504 108	91 277 090

O Anexo faz parte integrante da Posição Financeira a 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

A Administração

HR - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024 reexpresso
Vendas e serviços prestados	24	71 165 275	72 278 741
Subsídios à exploração	25	3 202	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empre. conjuntos	10	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(952 112)	(16 401)
Fornecimentos e serviços externos	27	(38 024 197)	(43 545 500)
Gastos com o pessoal	28	(10 816 241)	(9 636 717)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	29	(260 151)	(91 302)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(9 784)	39 479
Imparidade de investimentos não depre./amort. (perdas/reversões)	29	(1 404 516)	(1 043)
Aumentos/reduções de justo valor	30	8 834	7 361
Outros rendimentos	31	22 256 908	28 010 878
Outros gastos	32	(20 266 341)	(26 011 927)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		21 700 876	21 033 570
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8,9	(23 333 138)	(16 900 216)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 632 262)	4 133 354
Juros e rendimentos similares obtidos	33	76 818	72 561
Juros e gastos similares suportados	34	(2 202 389)	(4 034 549)
Resultado antes de impostos		(3 757 833)	171 366
Imposto sobre o rendimento do período	12	1 126 561	311 003
Resultado líquido do período		(2 631 272)	482 369

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

A Administração

HR - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

Capital próprio	Capital subscrito	Ações Próprias	Reservas Legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	3 059 790	(2 454 398)	3 144 898	8 970 273	3 260 396	(104 177)	2 956 318	18 833 100
Alterações no período								
Aumento/Reduções de Capital								-
Prestações Suplementares								-
Revalorização de activos fixos tangíveis								-
Outros Ganhos/Perdas reconhecidas no capital próprio				88 809	(88 809)	(119 587)		(119 587)
Aplicação de resultados de 2023				1 478 159			(1 478 159)	-
Distribuição de dividendos							(1 478 159)	(1 478 159)
Ajustamentos por aplicação de IFRS				6 978 607	(3 171 587)	(431 951)		3 375 070
Resultado líquido do exercício							482 369	482 369
Saldo em 31 de Dezembro de 2024 (reexpresso)	3 059 790	(2 454 398)	3 144 898	17 515 848	-	(655 715)	482 369	21 092 793
Alterações no período								
Aumento/Reduções de Capital								-
Prestações Suplementares								-
Revalorização de activos fixos tangíveis								-
Outros Ganhos/Perdas reconhecidas no capital próprio				(31 246)		25 783		(5 463)
Ajustamentos por reconhecimento de imp. diferidos								-
Aplicação de resultados de 2024				482 369			(482 369)	-
Resultado líquido do exercício							(2 631 272)	(2 631 272)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	3 059 790	(2 454 398)	3 144 898	17 966 971	-	(629 932)	(2 631 272)	18 456 057

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações do capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

A Administração

HR-ALUGUER DE AUTOMÓVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2025

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		67 018 417	72 340 434
Pagamentos a fornecedores		(47 272 551)	(58 171 836)
Pagamentos ao pessoal		(6 120 937)	(6 220 728)
Caixa gerada pelas operações		13 624 929	7 947 870
Pagamento - recebimento do imposto sobre o rendimento		-	108 958
Outros recebimentos - pagamentos		2 473 117	560 625
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		16 098 046	8 617 453
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(662 115)	(329 513)
Ativos intangíveis		(35 496)	(189 705)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		24 340 222	31 232 561
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)		23 642 611	30 713 344
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 220 838	1 161 384
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 710 164)	(1 084 892)
Passivos por locação		(11 609 579)	-
Amortização de contratos de locação financeira		(26 140 374)	(34 789 263)
Juros e gastos similares		(2 202 389)	(3 936 596)
Dividendos		-	(1 434 951)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(39 441 667)	(40 084 319)
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		316 488	(753 522)
Efeito das diferenças de câmbio		(17 499)	5 856
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 371 946	7 125 469
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	6 688 434	6 371 946

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

A Administração

Notas às Demonstrações Financeiras

1	Introdução	32
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	32
2.1	Referencial de relato	32
2.2	Declaração de conformidade.....	32
2.3	Consistência na apresentação	33
2.4	Alterações de políticas.....	33
2.5	Estimativas e julgamentos relevantes	37
3	Principais políticas contabilísticas	37
3.1	Ativos Fixos Tangíveis	38
3.2	Locações	40
3.3	Imparidade de Ativos.....	42
3.4	Investimentos em subsidiárias	43
3.5	Inventários.....	44
3.6	Rédito	44
3.7	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	44
3.8	Imposto sobre o Rendimento	45
3.9	Instrumentos Financeiros	46
3.10	Benefícios dos empregados.....	47
3.11	Acontecimentos após a data das Demonstrações financeiras	48
3.12	Principais estimativas e julgamentos.....	48
3.13	Principais pressupostos relativos ao futuro	50
4	Alteração de normativo contabilístico	50
5	Fluxos de Caixa	54
5.1	Decomposição de caixa e depósitos bancários	54
6	Partes Relacionadas.....	54
6.1	Remunerações do pessoal-chave de gestão:.....	54
6.2	Saldos e Transações entre partes relacionadas.....	55
7	Ativos fixos tangíveis	56
8	Ativos sob direito de uso	57
9	Ativos intangíveis.....	58
10	Investimentos em subsidiárias.....	58
11	Outros investimentos Financeiros e Outros ativos financeiros.....	60

12	Impostos sobre o rendimento	61
13	Inventários.....	63
14	Clientes	63
15	Outros créditos a receber	64
16	Diferimentos.....	64
17	Ativos não correntes detidos para venda.....	65
18	Capital Subscrito	65
19	Provisões	66
20	Financiamentos obtidos.....	67
20.1	Planos de pagamento	67
21	Passivos por locação	68
21.1	Bank Owner (RoU)	68
21.2	Buy-backs.....	68
21.3	Edifícios.....	69
22	Fornecedores	69
23	Outras dívidas a pagar	69
24	Rédito	70
25	Subsídios à exploração.....	71
26	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	71
27	Fornecimentos e serviços externos	71
28	Gastos com o pessoal.....	72
29	Imparidade de ativos	73
30	Aumentos/reduções de justo valor	73
31	Outros rendimentos.....	73
32	Outros gastos.....	74
33	Juros e rendimentos similares obtidos.....	74
34	Juros e gastos similares suportados	74
35	Gestão do Risco Financeiro	75
36	Resultado por ação	80
37	Honorários do revisor oficial de contas e outros consultores.....	80

38	Eventos subsequentes	80
39	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	81
40	Informações exigidas por diplomas legais	81

1 Introdução

A HR - Aluguer de Automóveis, S.A. ("Empresa") tem sede em Loures, foi constituída em 1959 e adotou a atual denominação em junho de 1998. A sua atividade principal consiste no aluguer de automóveis ligeiros sem condutor, em regime de *franchising* da marca internacional Hertz, no âmbito de um contrato celebrado entre a Empresa e a entidade detentora daquela marca, válido por um período de quinze anos, que terminava em 9 de junho de 2013 e foi acordada por ambas as partes a renovação por um período de cinco anos. Em janeiro de 2019 foi celebrado contrato de renovação com a Hertz International Ltd por um prazo 10 anos com opção de mais 5 anos válido até 31 de dezembro de 2033. Adicionalmente a Empresa vende automóveis ligeiros usados que deixam de operar no aluguer.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As bases de apresentação na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

2.1 Referencial de relato

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, na sua regulamentação para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei ("DL") n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") conforme endossadas pela União Europeia ("UE"). As IAS/IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, salvo indicação em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, tomando por base o custo histórico, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia.

A Empresa adotou pela primeira vez as IFRS em 1 de janeiro de 2025, tendo os valores comparativos relativos a 2024 sido reexpressos de acordo com a IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro – ver Nota 4.

2.3 Consistência na apresentação

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras daquele.

2.4 Alterações de políticas

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornam efetivas em 1 de janeiro de 2025:

i) Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2025:

- a) **IAS 21** (alteração), ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade’. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e define como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

ii) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), ‘Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como: 1) ativos financeiros cuja componente

de juro corresponde à de um empréstimo básico (*cash flows* contingentes ou associados a metas ESG); 2) ativos com características “sem recurso; e 3) ativos financeiros contratualmente associados; iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e de valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

- b) IFRS 9 (alteração) e IFRS 7 (alteração), ‘Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). As alterações efetuadas pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Estas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de “uso próprio” da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade dependente da natureza são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade. A isenção de “uso próprio” é de aplicação retrospectiva sem reexpressar os períodos comparativos, a designação de cobertura apenas pode ser aplicada prospectivamente para as novas relações de cobertura designadas na data ou após a primeira aplicação.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

- c) Melhorias anuais – ‘volume 11’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

iii) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, e que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 21** (alteração), 'Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração especifica os procedimentos de conversão cambial para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: i) a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária; ou ii) estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária. Nestes casos, os resultados e a posição financeira devem ser convertidos para a moeda de apresentação, através da conversão de todos os montantes (ou seja, ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato. Também os comparativos são convertidos à mesma taxa de câmbio, exceto no que se refere à conversão das operações estrangeiras, cujos comparativos têm de ser reexpressos aplicando o índice geral de preços, conforme previsto na IAS 29.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

- b) **IFRS 18** (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 centra-se na definição de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios, sendo fundamental, para o efeito, a identificação da existência de algumas das atividades empresariais materiais específicas. Serão exigidos subtotais e totais específicos, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória dos subtotais "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos" na demonstração dos resultados. Esta norma inclui também novos requisitos para a divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com os subtotais definidos na IFRS 18. Esta norma vem prestar orientação adicional sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma é de aplicação retrospectiva.

A IFRS 18 «Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras» substituirá a IAS 1 «Apresentação das demonstrações financeiras» e entrará em vigor para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027. A avaliação sobre o efeito da adoção da IFRS 18 está em curso, mas prevê-se atualmente que esta tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, essencialmente na demonstração de resultados) e nas divulgações relacionadas.

- c) **IFRS 19** (nova norma), ‘Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

- d) **IFRS 19** (alteração), ‘Alteração aos requisitos de divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração visa reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.

Não são expectáveis alterações relevantes com a adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.5 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados no tópico “3.14. Principais estimativas e julgamentos”.

3 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

Aplicação da materialidade

As demonstrações financeiras são o resultado da agregação de um grande número de transações por natureza. Quando agregadas, as transações são apresentadas em classes de itens semelhantes. Se um item não for individualmente material, será agregado a outros itens de natureza semelhante nas demonstrações financeiras ou nas notas explicativas. A Gestão inclui as divulgações específicas exigidas pelas IFRS, a menos que as informações sejam consideradas irrelevantes para a tomada de decisão económica dos utilizadores das presentes demonstrações financeiras, ou caso as mesmas não sejam aplicáveis.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data das Demonstrações financeiras, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na Demonstração dos resultados.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

A Empresa aplica a IAS 16 Property, Plant and Equipment para o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos fixos tangíveis detidos em propriedade ou adquiridos através de contratos de compra e venda. Esta política não se aplica a ativos sob direito de uso reconhecidos ao abrigo da IFRS 16 Locações, cuja política contabilística é descrita na Nota 3.2.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Reconhecimento e Mensuração Inicial

O custo de aquisição de um ativo fixo tangível compreende:

- O preço de compra, incluindo impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais e abatimentos;
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela gestão;
- A estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do ativo e de restauração do local no qual este está localizado, quando aplicável.

Custos Subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como parte do valor contabilístico do ativo, ou como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os gastos com manutenção e reparação de rotina que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou benfeitorias significativas são reconhecidos em resultados no período em que ocorrem, em conformidade com o regime de acréscimo.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, por contrapartida da rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

As taxas de depreciação anuais podem resumir-se como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento básico	3-10
Equipamento básico (Frota)	8
Ferramentas e utensílios	5-8
Equipamento administrativo	8
Outros activos fixos tangíveis	5-10

Os terrenos não são depreciáveis.

As vidas úteis, o método de depreciação e o valor residual dos ativos, quando aplicável, são revistos no final de cada período de relato. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na Demonstração dos Resultados.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis

A Empresa efetua testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico de um ativo possa exceder o seu valor recuperável, em conformidade com a IAS 36 Imparidade de Ativos.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre:

- O justo valor menos custos de alienação (fair value less costs of disposal); e
- O valor de uso (value in use), calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico, é reconhecida uma perda por imparidade em resultados. As perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores são revertidas apenas se tiver havido uma alteração nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo. A reversão é limitada ao valor contabilístico que teria sido determinado (líquido de depreciações) caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou instalação, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou construção, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos não são depreciados até ao momento em que se encontrem disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida pela gestão. Nessa data, são transferidos para a respetiva categoria de ativos fixos tangíveis e inicia-se a depreciação.

Desreconhecimento e Alienações

Um ativo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros gerados pelo mesmo através do uso ou alienação.

Os ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento de um ativo são determinados pela diferença entre o valor de realização líquido e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos em resultados nas rubricas: "Outros rendimentos" (quando resulta ganho); ou "Outros gastos" (quando resulta perda).

Ativos não corrente detido para venda

Sempre que um Ativo fixo tangível cumpra com o preconizado pela "IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas", este será classificado como tal. Tal acontece quando o seu valor contabilístico será recuperado principalmente através de uma transação de venda e não através do uso continuado. Esta condição é considerada satisfeita apenas quando: i) O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual; ii) A venda é altamente provável; iii) A gestão está comprometida com a venda; e iv) A alienação deverá ocorrer no prazo de 12 meses. Os ativos classificados como detidos para venda incluem viaturas do produto "Hertz Carros Usados" e "Viaturas Salvados" (sinistros totais). Estes ativos são mensurados ao menor entre: i) O seu valor contabilístico; e ii) O justo valor menos custos de venda. Eventuais perdas por imparidade resultantes desta mensuração são reconhecidas em resultados.

3.2 Locações

A IFRS 16 determina que um contrato contém uma locação quando é atribuído ao locatário o direito de controlar a utilização de um ativo identificado por um determinado período, por contrapartida de uma dada retribuição.

A Empresa avalia se um contrato contém ou não um ativo sob direito de uso (Right of Use) no início do contrato e reconhece-o, bem como ao correspondente passivo de locação, para todos os contratos em que intervém como locatária, em conformidade com a IFRS 16, não tendo optado pelo mecanismo de exceção para contratos de valor reduzido (até 5.000 USD).

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de cada locação, descontados com base na respectiva taxa de juro implícita que, caso não seja imediatamente determinável, se substitui pela taxa de juro incremental da Empresa.

Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e o gasto financeiro. O gasto financeiro é reconhecido na Demonstração dos resultados durante o prazo da locação, de modo que seja reconhecido com base numa taxa de juro constante sobre o saldo restante na Demonstração da posição financeira, a cada data de relato.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- i. pagamentos fixos em substância da locação, líquidos de quaisquer incentivos que lhe estejam associados;
- ii. pagamentos variáveis com base em índices ou taxas;
- iii. expectativa de pagamentos correspondentes a garantias de valor residual;
- iv. preço do exercício de opções de compra, caso seja razoavelmente certo que a Empresa venha a exercê-las;
- v. penalidades de cláusulas de término ou renovações unilateralmente exercíveis, caso seja razoavelmente certo que a Empresa venha a exercer a opção de terminar ou renovar o prazo da locação.

Subsequentemente, é reduzido pelos pagamentos de locação realizados e ajustado, por contrapartida do direito de uso, para refletir eventuais alterações ou revisões significativas dos pagamentos fixos em substância, tais como:

- i. modificações, sob o controlo da Empresa, no prazo da locação ou no direito de exercício de opções de compra;
- ii. variações de índices ou taxas dos pagamentos esperados de valores residuais garantidos;
- iii. modificações de contratos de que não resultem escriturações como locações separadas.

O ativo sob direito de uso corresponde à mensuração inicial do passivo de locação, acrescida de pagamentos de locação antes ou na data de início da locação e eventuais gastos diretos iniciais, deduzindo-se eventuais montantes recebidos e quaisquer eventuais custos de restauro.

Os ativos sob direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de depreciações e imparidades acumuladas, sendo depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente e apresentados separadamente na Demonstração da posição financeira.

As componentes das rendas variáveis que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação e do direito de uso, mas antes reconhecidas como um gasto na demonstração dos resultados do período a que dizem respeito.

Os bens decorrentes de contratos de locação financeira, em que a entidade assume todos os riscos e vantagens inerentes à sua utilização, mesmo que não haja o seu registo de transferência de propriedade são classificados como ativos sob o direito de uso.

Os ativos registados por intermédio de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, em que o custo se regista como ativo, depreciável durante a sua vida útil, e a responsabilidade registada no passivo, sendo os juros e depreciações considerados gastos de exercício a que respeitam.

Os contratos preveem opção de compra do bem no final do contrato, não existindo passivos contingentes relacionados.

3.3 Imparidade de Ativos

A Empresa aplica a IAS 36 — Imparidade de Ativos para avaliar a recuperabilidade de:

- Ativos fixos tangíveis (ver Nota 3.2);
- Ativos intangíveis (ver Nota 3.1);
- Ativos sob direito de uso (ver Nota 3.4);
- Investimentos em subsidiárias e associadas (ver Notas 3.7–3.9), quando aplicável.

Esta política não se aplica a:

- Inventários (mensurados ao menor entre custo e valor realizável líquido - IAS 2);
- Ativos financeiros (sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas - IFRS 9, ver Nota 3.15);
- Impostos diferidos (IAS 12).

À data de cada Demonstração da posição financeira, a Empresa avalia se existem indícios de que um ativo possa estar em imparidade. Quando existem tais indícios, é estimado o valor recuperável do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". A reversão é limitada ao valor contábilístico que teria sido determinado (líquido de depreciações/amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

À data das Demonstrações financeiras é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

3.4 Investimentos em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, nos casos em que se verifica aquisição de controlo.

Subsequentemente, os investimentos representativos de partes de capital em subsidiárias encontram-se registados ao custo, deduzido das perdas de imparidade, quando estas se verificarem.

Depois de o interesse da investidora ser reduzido a zero, a Empresa reconhece um passivo para fazer face às responsabilidades adicionais resultantes de (i) obrigações legais ou construtivas incorridas ou pagamentos efetuados a favor das subsidiárias e associadas, (ii) expectativa de geração de caixa da

subsidiária ou associada insuficiente para fazer face às obrigações legais ou construtivas incorridas e (iii)

impossibilidade de apurar o justo valor dos referidos investimentos com fiabilidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos relativos a partes de capital, quando atribuídos.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou ao valor realizável líquido dos inventários. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a comercialização do respetivo inventário. As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas. Nos inventários estão incluídas as retomas de viaturas provenientes da atividade *Hertz Car Sales*.

3.6 Rédito

O rédito é reconhecido de modo a refletir a transferência do controlo sobre os bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que reflita a contrapartida que se espera vir a ter direito a receber pela sua entrega, com base no modelo de cinco fases:

- i. identificação de um contrato com um cliente;
- ii. identificação das obrigações de desempenho;
- iii. determinação do preço da transação;
- iv. alocação do preço de transação às obrigações de desempenho;
- v. reconhecimento do rédito quando uma obrigação de desempenho é satisfeita.

O rédito é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquido de impostos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os gastos incorridos com transações associadas às vendas e às prestações de serviços para as quais existem alternativas, não sendo assim estas indispensáveis para as realizar, são escriturados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

3.7 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada Demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos contingentes são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra. Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no Demonstração da posição financeira. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

3.8 Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no lucro tributável da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 9% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos escriturados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou escriturados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, quando forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

3.9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Outros Investimentos financeiros - instrumentos de capital próprio

Os investimentos em instrumentos de capital próprio nos quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa são classificados como ativos financeiros ao abrigo da IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

No reconhecimento inicial, estes investimentos são mensurados ao justo valor, correspondente geralmente ao respetivo custo de aquisição, incluindo custos de transação diretamente atribuíveis.

Subsequentemente, os investimentos são mensurados ao justo valor, sendo classificados ao justo valor através de resultados, com as variações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando é estabelecido o direito ao seu recebimento, exceto quando representem claramente uma recuperação do investimento.

Os referidos instrumentos são também alvo de análises de imparidade sempre que haja indícios para tal.

Cientes e créditos a receber

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros créditos a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de

imediatamente reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, temos em consideração informação de mercado que demonstra que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são escriturados ao custo amortizado, que corresponde à quantia pela qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial (justo valor, líquido dos custos de transação incorridos) menos os reembolsos de capital e a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade.

De acordo com o método do juro efetivo, o gasto de juros é imputado ao passivo financeiro durante o período relevante descontando os pagamentos de caixa futuros estimados durante a sua vida esperada. A estimativa destes fluxos de caixa considera os termos contratuais do passivo financeiro tais como comissões, spread e custos de transação.

Os empréstimos são desreconhecidos da Demonstração da posição financeira quando as obrigações especificadas no contrato expiram, são canceladas, cumpridas ou removidas. A diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro que foi extinto ou transferido para outra entidade e a retribuição paga, inclui quaisquer ativos não financeiros transferidos ou passivos assumidos, sendo reconhecida nos resultados como rendimentos ou gastos de financiamento.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa.

3.10 Benefícios dos empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da

quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

3.11 Acontecimentos após a data das Demonstrações financeiras

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das Demonstrações financeiras, são refletidos nas Demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados nas notas.

3.12 Principais estimativas e julgamentos

A preparação de Demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato, pelo que as presentes Demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas da Empresa.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão da Empresa, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

A Administração considera que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as Demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Empresa e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

O uso de estimativas e de pressupostos representa um risco em originar ajustamentos nos períodos futuros. As principais rubricas que se encontram influenciadas por estimativas e julgamentos são a seguir indicadas:

Vida útil dos Ativos fixos tangíveis

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis dependem de fatores que se relacionam, nomeadamente, com a sua utilização, as decisões estratégicas da Empresa e com a envolvente económica.

A determinação das vidas úteis dos ativos e do respetivo método de depreciação é fundamental para apurar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada período, pelo que são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração e considerando as práticas adotadas no setor em que a Empresa opera.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data das Demonstrações financeiras.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O investimento em subsidiárias é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Imparidade em clientes

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as imparidades em contas a receber, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil daquelas.

Na avaliação das perdas de crédito esperadas, as contas a receber são agrupadas por segmento de negócio e o risco de crédito é determinado em cada período de relato, tendo em consideração os perfis de risco de crédito dos clientes e a probabilidade de incumprimento anual (esta última reflete a posição atual e projeções futuras, em função dos fatores macroeconómicos).

Existem, assim, circunstâncias e factos suscetíveis de alterar a estimativa das perdas por imparidade em contas a receber face aos pressupostos considerados, tais como alterações na conjuntura económica, nas tendências do setor de atividade onde a Empresa opera e na liquidez dos clientes. Alterações nestas estimativas poderiam ter como consequência outros montantes nas imparidades e, assim, afetar os resultados apresentados na demonstração dos resultados.

Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre o rendimento em múltiplas jurisdições, cujos apuramentos requerem interpretações e estimativas. Existem transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto é incerta durante o ciclo normal da atividade, podendo outras interpretações e estimativas dar origem a diferentes valores de impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados.

Os períodos que as autoridades tributárias de cada jurisdição dispõem para rever a matéria coletável constituem a principal incerteza nos pressupostos considerados na determinação do imposto sobre o rendimento, a qual advém principalmente de divergências na interpretação da legislação fiscal.

Locações

A Empresa exerce julgamento na determinação dos prazos das locações para alguns contratos que têm opções de renovação, ou seja, considera todos os fatores relevantes que constituem um incentivo económico ao exercício de tais opções.

A avaliação sobre se é razoavelmente certo que as opções sejam exercidas afetam os prazos das respetivas locações, com potencial impacto nos correspondentes passivos de locação e ativos sob direito de uso. Após o reconhecimento inicial, os prazos das locações são reavaliados caso existam eventos significativos ou alterações de circunstâncias que influenciem a sua capacidade de exercer (ou não) as opções de renovação.

A Empresa exerce ainda julgamento no cálculo da taxa de juro incremental de financiamento a aplicar a cada carteira de locações e na determinação do valor residual. Sendo este último componente dos pagamentos de locação, a Empresa considera o valor que estima vir a pagar no cálculo do passivo de locação, tal como previsto na IFRS 16.

3.13 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4 Alteração de normativo contabilístico

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa adotou, pela primeira vez, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), conforme adotadas pela União Europeia, em substituição do anterior referencial contabilístico baseado no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). Em conformidade com a IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das IFRS”, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas aplicando as IFRS com efeitos retrospectivos, tendo sido elaborada uma demonstração da posição financeira de abertura à data de transição, em 1 de janeiro de 2024.

Consequentemente, a informação comparativa relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2024 foi reexpressa de acordo com as políticas IFRS definidas, de forma a assegurar a consistência e comparabilidade entre períodos. As principais diferenças decorrentes da transição foram refletidas em resultados transitados à data de transição, sendo objeto de divulgação abaixo.

Ver impactos ocorridos nas Demonstrações financeiras abaixo.

HR - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores em Euros

RUBRICAS	Ref.	31/12/2024 aprovado	Efeitos da reexpressão	31-12-2024 reexpresso
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	(a); (b)	57 960 923	(19 120 260)	38 840 663
Ativos sob direitos de uso	(b)	-	30 255 572	30 255 572
Goodwill	(c)	276 095	(276 095)	-
Ativos intangíveis		347 460	-	347 460
Investimentos em subsidiárias	(c)	1 312 937	(484 133)	828 804
Outros ativos financeiros		677 796	-	677 796
Ativos por impostos diferidos		794 730	-	794 730
Total de Ativos não correntes		61 369 941	10 375 084	71 745 025
Ativo corrente				
Inventários		690 618	-	690 618
Clientes		5 742 585	1	5 742 586
Estados e outros entes públicos		597 999	-	597 999
Outros créditos a receber		4 933 905	-	4 933 905
Diferimentos	(d)	1 179 891	(724 290)	455 601
Ativos não correntes detidos para venda		739 412	-	739 412
Caixa e depósitos bancários		6 371 946	-	6 371 946
Total de Ativos correntes		20 256 355	(724 289)	19 532 066
Total do Ativo		81 626 297	9 650 795	91 277 090
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito		3 059 790	-	3 059 790
Ações (quotas) próprias		(2 454 398)	-	(2 454 398)
Reservas legais		3 144 898	-	3 144 898
Resultados transitados		10 537 242	6 978 607	17 515 848
Excedentes de revalorização	(e)	3 171 586	(3 171 586)	-
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		(197 981)	(457 734)	(655 715)
		17 261 137	3 349 287	20 610 423
Resultado líquido do período		(1 327 059)	1 809 428	482 369
Total do capital próprio		15 934 078	5 158 714	21 092 793
Passivo não corrente				
Provisões		203 295	-	203 295
Financiamentos obtidos	(a)	31 713 390	(13 886 821)	17 826 569
Passivos por locação	(b)	-	15 619 243	15 619 243
Passivos por impostos diferidos	(f)	655 715	1 786 978	2 442 693
Total de Passivos não correntes		32 572 400	3 519 401	36 091 801
Passivo corrente				
Fornecedores		3 821 614	-	3 821 614
Estado e outros entes públicos		300 041	-	300 041
Financiamentos obtidos	(a); (b)	18 077 792	(9 317 003)	8 760 789
Passivos por locação	(b)	-	10 289 681	10 289 681
Outras dívidas a pagar		10 920 372	-	10 920 372
Total de Passivos correntes		33 119 819	972 678	34 092 497
Total do passivo		65 692 218	4 492 079	70 184 297
Total do capital próprio e do passivo		81 626 297	9 650 793	91 277 090

HR - ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	2024	Valores em Euros	
		Efeitos reexpressão	2024 reexpresso
Vendas e serviços prestados	72 278 741		72 278 741
Subsídios à exploração	-	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empre. conjuntos (c)	(1 547 558)	1 547 558	-
Variação nos inventários da produção		-	
Trabalhos para a própria entidade		-	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(16 401)	-	(16 401)
Fornecimentos e serviços externos (b)	(50 079 706)	6 534 205	(43 545 500)
Gastos com o pessoal	(9 636 717)	-	(9 636 717)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(91 302)	-	(91 302)
Provisões (aumentos/reduções)	39 479	-	39 479
Imparidade de investimentos não depre./amort. (perdas/reversões)	(1 043)	-	(1 043)
Aumentos/reduções de justo valor	7 361	-	7 361
Outros rendimentos (a)	9 101 073	18 909 805	28 010 878
Outros gastos (a)	(1 998 438)	(24 013 489)	(26 011 927)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e im	18 055 491		21 033 570
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(16 322 515)	(577 701)	(16 900 216)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e im	1 732 976		4 133 354
Juros e rendimentos similares obtidos	117 230	(44 669)	72 561
Juros e gastos similares suportados	(3 936 596)	(97 952)	(4 034 549)
Resultado antes de impostos	(2 086 391)		171 366
Imposto sobre o rendimento do período (f)	759 334	(448 331)	311 003
Resultado líquido do período	(1 327 057)		482 369

(a) Para os Ativos fixos tangíveis, na conversão para IFRS a Empresa, com exceção da frota própria, contabilizada no Equipamento básico, a Empresa adotou o Deemed Cost, conforme valores que vinham do anterior normativo, conforme possibilita a IFRS 1 na primeira adoção.

No caso da frota própria, contabilizada como Equipamento Básico, a Empresa adotou o Deemed Cost, através do apuramento do seu justo valor à data da transição (1 de janeiro de 2024), conforme possibilita a IFRS 1 na primeira adoção.

Adicionalmente, os Ativos fixos tangíveis que no anterior normativo se enquadravam como Ativos sob um regime de locação financeira, e que estavam registados nos Ativos fixos tangíveis, foram transferidos para Ativos sob direito de uso, conforme preconiza a IFRS 16. O respetivo passivo foi também transferido para Passivos por locação.

Dado que houve lugar ao justo valor da frota própria na data da transição, os efeitos resultantes de mais ou menos valias foram recalculados para o período de 2024, afetando a rubrica de Outros rendimentos e Outros gastos.

(b) Para a rubrica Ativos sob direito de uso foram transferidos os contratos de locação financeira que estavam até então registados nos Ativos fixos tangíveis e ainda os contratos de locação operacional que estavam registados nos fornecimentos e serviços externos. O passivo por sua vez, foi registado de acordo com o terminus dos referidos contratos, estando registado nos Passivos por locação.

(c) No momento da transição para IFRS a Empresa adotou o Deemed Cost para os investimentos em subsidiárias através do apuramento do seu justo valor à data da transição (1 de janeiro de 2024), passando este a ser o seu custo em IFRS na data de abertura. Dado que a política definida em termos de mensuração subsequente no novo normativo é o custo, a rubrica de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empre. Conjuntos” relativa à aplicação do Método de equivalência patrimonial no antigo normativo, foi anulada por resultados transitados na transição.

Na data de transição, a Empresa fez uma análise de imparidade do Goodwill que tinha nas suas contas à data da transição e constatou que o mesmo não é recuperável, tendo registado uma perda para a totalidade do montante por resultados transitados na Demonstração da posição financeira de abertura.

(d) A rubrica de Diferimentos no normativo anterior incluía um montante relativo ao diferimento de gastos com o recondicionamento da frota que tem subjacente contratos de locação operacional, tendo o referido montante sido reclassificado para Ativos sob o direito de uso.

(e) No normativo anterior, a Empresa tinha um excedente de revalorização que foi agora transferido para resultados transitados, considerando que se aplicou o Deemed cost aos Ativos fixos tangíveis como referido em (a).

(f) O efeito que se reflete como um aumento do Passivo por imposto diferido, diz essencialmente respeito ao efeito do imposto gerado pelo aumento do valor da frota própria, gerado pela aplicação do justo valor no momento da transição (ver (a)), registada em Ativos fixos tangíveis no

anterior normativo, parte dele relativo a períodos anteriores à data de transição (1 de janeiro de 2024) e outra parte relativa ao exercício de 2024.

5 Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de caixa e depósitos bancários tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	31 554	28 929
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 527 454	4 713 591
Depósitos bancários a prazo	2 129 426	1 629 426
Total	6 688 434	6 371 946

5.1 Decomposição de caixa e depósitos bancários

A decomposição de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa		
Caixa Tickelia	3 500	-
Caixa moeda estrangeira	6 975	7 760
Caixa sucursal - Cabo Verde	(445)	1 465
Caixa estações Hertz - Fundo manei	20 134	14 361
Caixa estações Agentes - Fundo manei	345	200
Caixa estações - Petty Cash	1 045	5 143
Bancos		
Depósitos à ordem - Euros	4 422 069	4 594 366
Depósitos à ordem - Moeda estrangeira	105 385	119 226
Depósitos a prazo - Euros	2 129 426	1 629 426
Depósitos a prazo - Moeda estrangeira	-	-
Total	6 688 434	6 371 946

6 Partes Relacionadas

6.1 Remunerações do pessoal-chave de gestão:

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

Remunerações	2025	2024
Vencimentos	211 513	280 176
Subsídio de férias	17 001	46 696
Subsídio de Natal	19 000	23 348
Total	247 514	350 220

6.2 Saldos e Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com partes relacionadas são as seguintes:

	31-12-2025				
	Clientes	Outros Devedores	Fornecedores	Outros Credores	Posição líquida
Empresa-mãe					
AUTOHELLAS TOURIST AND TRADING SOCIETE ANONYME	-	-	-	-	-
Subsidiárias					
HR RIDE PORTUGAL, S.A.	15 715	352 850	-	-	368 565
HR LINK, LDA	13 283	12 964	386 953	40 189	(400 895)
Outras partes relacionadas					
HR COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MOTOCICLOS, S.L.	6	948 782	-	-	948 788
HR-ALUGUER AUTOMOVEIS, S.A. SUCURSAL CABO VERDE	-	11 974	-	-	11 974
HR ITALIA - NOLEGGIO VEICOLI E MOBILITA S.R.L.	-	3 106	-	-	3 106
HR USA MOTORCYCLE RENTALS TOURS INC	-	-	-	74 468	(74 468)
HR FRANCE-LOCATION DES VEHICULES ET MOBILITE SARL	94 253	35 255	-	-	129 508
HRZ - ALUGUER DE VIATURAS, LDA	-	446 202	-	-	446 202
HR TOURS S.A.	-	15 602	29 217	-	(13 615)
HIL - HERTZ INTERNATIONAL, LTD	-	19 827	-	77 478	(57 651)
GHP INVESTIMENTOS SOC. GEST. PARTIC. S.A.	-	-	-	23	(23)
HELIAVIA - TRANSPORTE AEREO LDA	-	-	-	-	-
SHA - SOCIEDADE HISPANICA DE AUTOMOVEIS, S.A.	-	-	-	-	-
Total	123 257	1 846 562	416 170	192 158	1 361 491

	31-12-2024				
	Clientes	Outros Devedores	Fornecedores	Outros Credores	Posição líquida
Empresa-mãe					
AUTOHELLAS TOURIST AND TRADING SOCIETE ANONYME					
Subsidiárias					
HR RIDE PORTUGAL S.A.	15 828	213 060	6 700		222 188
HR LINK, LDA	15 659	99 829			115 488
Outras partes relacionadas					
HR COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MOTOCICLOS, S.L.		947 667			947 667
HR .ALUGUER DE AUTOMOVEIS S.A. (Suc. C.Verde)		6 358			6 358
HR ITALIA - NOLEGGIO VEICOLI E MOBILITA S.R.L.		2 963			2 963
HR USA MOTORCYCLE RENTALS TOURS INC					-
HR-FRANCE - LOCATION DES VEHICULES, SARL	94 254	35 255			129 509
HRZ - ALUGUER DE VIATURAS, LDA		415 857			415 857
HR TOURS, S.A.		16 340	29 217		(12 877)
HIL - HERTZ INTERNATIONAL, LTD				81 113	(81 113)
EUROFENIX, SA					-
GHP INVESTIMENTOS SOC. GEST. PARTIC. S.A.				23	(23)
HELIAVIA - TRANSPORTE AEREO LDA				625	(625)
SHA, S.A.	5	51			56
Total	125 746	1 737 381	35 917	81 761	1 745 449

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as transações efetuadas com partes relacionadas são as seguintes:

	Vendas/Prestações de Serviços		Outros Rendimentos		Fornecimento de Serviços		Ativos Tangíveis/Intangíveis	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empresa-mãe								
AUTOHELLAS TOURIST AND TRADING SOCIETE ANONYME	-	-	-	-	-	-	-	1 036 647
Subsidiárias								
HR RIDE PORTUGAL S.A.	1 066	201 566	18 955	2 692	325	-	-	-
HR LINK, LDA	40 409	22 367	50 271	53 538	1 616 680	1 305 757	-	-
Outras partes relacionadas								
HR COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MOTOCICLOS, S.L.	-	-	-	579	-	-	-	-
HR ALUGUER DE AUTOMOVEIS S.A. (Suc. C.Verde)	-	-	16 430	22 308	-	-	-	-
HR ITALIA - NOLEGGIO VEICOLI E MOBILITA S.R.L.	-	10 534	-	-	-	-	-	-
HR-FRANCE - LOCATION DES VEHICULES, SARL	-	-	-	65	-	-	-	-
HR TOURS, S.A.	-	-	-	600	-	2 562	-	1 070 237
EUROFENIX, SA	1 332	8 784	-	-	-	-	-	-
HIPOGEST-IMOB.ENG. PROJECTOS,SA.	-	-	-	-	3 818	19 634	-	-
SHA, S.A.	-	1 148	-	-	-	2 000	-	-
HIL - HERTZ INTERNATIONAL, LTD	-	-	4 002	-	135 708	5 737 913	-	-
HERTZ EUROPE SERVICE CENTRE	-	-	-	-	-	2 995	-	-
Total	42 807	244 400	89 657	79 783	1 756 531	7 070 862	-	2 106 884

Estas transações referem-se essencialmente à compra, venda e reparação de viaturas, bem como prestações de serviços.

7 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos nos “Ativos fixos tangíveis”, bem como as respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Descrição	01-01-2025	Adições	Alienações / Transferências para inventário	Abates	Transferências para/de ativos sob direito de uso	Imparidade	Transferências	31-12-2025
Terrenos e Recursos Naturais	2 307 581	-	-	(41 440)	-	-	-	2 266 141
Edifícios e Outras Construções	14 762 686	105 412	-	-	-	-	-	14 868 098
Equipamento Básico	35 860 539	12 045 218	(25 528 881)	(98 922)	15 118 608	-	-	37 396 562
Equipamento Administrativo	902 277	6 514	-	-	-	-	-	908 791
Outros Ativos Tangíveis	2 199 748	100 613	(1 107)	-	-	-	-	2 299 254
Investimentos em Curso	13 648	612 800	-	-	-	-	-	626 448
Ativo Tangível Bruto	56 046 479	12 870 557	(25 529 988)	(140 362)	15 118 608	-	-	58 365 294
Depreciações e Imparidades Acumuladas	17 205 816	5 336 966	(7 963 761)	-	5 432 237	1 419 021	-	21 430 279
Ativo Tangível Líquido	38 840 663	7 533 591	(17 566 227)	(140 362)	9 686 371	(1 419 021)	-	36 935 015

Descrição	01-01-2024 (reexpresso)	Adições (reexpresso)	Alienações / Transferências para inventário (reexpresso)	Abates (reexpresso)	Transferências para/de ativos sob direito de uso (reexpresso)	Imparidade (reexpresso)	Transferências (reexpresso)	31-12-2024 (reexpresso)
Terrenos e Recursos Naturais	2 307 581							2 307 581
Edifícios e Outras Construções	14 536 194	201 254					25 238	14 762 686
Equipamento Básico	32 413 849	13 835 351	(30 617 177)		19 946 875		281 641	35 860 539
Equipamento Administrativo	870 362	31 916						902 277
Outros Ativos Tangíveis	2 009 340	190 408						2 199 748
Investimentos em Curso	306 880	13 647					(306 879)	13 648
Ativo Tangível Bruto	52 444 205	14 272 575	(30 617 177)	-	19 946 875	-	-	56 046 479
Depreciações e Imparidades								
Acumuladas	15 444 387	4 450 585	(9 073 862)		6 384 707			17 205 816
Ativo Tangível Líquido	36 999 819	9 821 990	(21 543 315)	-	13 562 168	-	-	38 840 663

8 Ativos sob direito de uso

Durante os exercícios de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos nos “Ativos sob direito de uso”, bem como as respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

Descrição	01-01-2025	Adições	Alienações	Abates	Transferências para/de ativos fixos tangíveis	31-12-2025
Buildings Lease Liabilities	1 559 085	7 244 059		(424 352)		8 378 792
Frota	45 819 053	21 353 288		(12 584 511)	(15 118 608)	39 469 222
Ativo sob direito de uso Bruto	47 378 138	28 597 347	-	(13 008 863)	(15 118 608)	47 848 014
Depreciações Acumuladas	17 122 566	17 856 151		(13 280 467)	(5 432 237)	16 266 013
Ativo sob direito de uso Líquido	30 255 572	10 741 196	-	271 604	(9 686 371)	31 582 001

Descrição	01-01-2024 (reexpresso)	Adições	Alienações	Abates	Transferências para/de ativos fixos tangíveis	31-12-2024 (reexpresso)
Buildings Lease Liabilities	1 559 085					1 559 085
Frota	50 106 650	15 659 278		(19 946 875)		45 819 053
Ativo sob direito de uso Bruto	51 665 734	15 659 278	-	(19 946 875)	-	47 378 138
Depreciações Acumuladas	11 112 645	12 394 628		(6 384 707)		17 122 565
Ativo sob direito de uso Líquido	40 553 089	3 264 650	-	(13 562 168)	-	30 255 573

9 Ativos intangíveis

Durante os exercícios de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos em “Ativos intangíveis”, bem como as respetivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

Descrição	01-01-2025	Adições	Transferências	31-12-2025
Programas de Computador	1 292 529	13 651	62 691	1 368 871
Propriedade Industrial	280 440	-		280 440
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis	67 479	61 441	(62 691)	66 230
Ativo Intangível Bruto	1 640 448	75 093	-	1 715 541
Amortizações acumuladas	1 292 988	97 617		1 390 605
Ativo Intangível Líquido	347 460	(22 524)	-	324 936

Descrição	01-01-2024	Adições	Transferências	31-12-2024
Programas de Computador	1 143 089	135 199	14 241	1 292 529
Propriedade Industrial	280 440			280 440
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis	43 695	38 024	(14 241)	67 479
Ativo Intangível Bruto	1 467 225	173 224	-	1 640 448
Amortizações acumuladas	1 160 084	132 904		1 292 988
Ativo Intangível Líquido	307 141	40 320	-	347 460

10 Investimentos em subsidiárias

Subsidiárias	Sede	% Percentagem	
		2025	2024
HR LINK, LDA	Loures	100%	100%

A participação financeira na HR Link, Lda, resulta da aquisição de 90% do capital social em 21 de dezembro de 2018. No dia 9 de março de 2022, foi feita aquisição das restantes quotas, passando assim a deter 100% da sociedade.

Subsidiárias	Sede	% Percentagem	
		2025	2024
HRZ Aluguer de Viaturas LDA	Luanda	100%	100%

A participação financeira na HRZ Aluguer de Viaturas Lda, resulta da aquisição de 100% do capital social em 24 de maio de 2022.

Subsidiárias	Sede	% Percentagem	
		2025	2024
HR RIDE PORTUGAL, S.A.	Loures	100%	100%

A participação financeira na HR Ride Portugal, S.A., resulta da aquisição de 6.997 ações em 14 de dezembro de 2018. No dia 6 de junho de 2022 foram adquiridas as restantes ações, tendo agora a totalidade da participação 10.000 ações.

De referir que em 2024, a HR Ride Portugal S.A., beneficiou da decisão da acionista única (HR - Aluguer de Automóveis) em converter a dívida em capital, permitindo-lhe agora apresentar uma situação patrimonial positiva.

A informação financeira disponível à data da Demonstração da posição financeira e o impacto nas demonstrações financeiras da Empresa resume-se como segue:

31-12-2025

Entidades	% de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado Líquido	Custo
Subsidiárias						
HR LINK LDA	100%	2 317 922	1 450 948	866 975	39 473	826 801
HR RIDE PORTUGAL, S.A.	100%	3 824 085	3 841 236	(17 151)	(465 167)	-
HRZ - ALUGUER DE VIATURAS, LDA	100%	601 176	588 383	12 792	(2 169)	2 003
						828 804

(reexpresso) 31-12-2024

Entidades	% de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado Líquido	Custo
Subsidiárias						
HR LINK LDA	100%	3 121 145	2 293 643	827 502	(64 884)	826 801
HR RIDE PORTUGAL, S.A.	100%	4 196 994	3 648 978	448 016	(1 474 824)	-
HRZ - ALUGUER DE VIATURAS, LDA	100%	361 963	347 002	14 961	(7 849)	2 003
						828 804

De referir que as aquisições da HR Link Lda. e da HR Ride Portugal, S.A. geraram Goodwill no passado, o qual foi desreconhecido com a conversão de contas ocorrida no presente exercício para o normativo internacional, IAS/IFRS. Ver mais detalhe na nota 4.

11 Outros investimentos Financeiros e Outros ativos financeiros

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica detalha-se como segue:

Empresas	31-12-2025	31-12-2024 (reexpresso)
Mobiag, Lda	200 000	200 000
Imparidade	(200 000)	-200 000
Total	0	0

Empresas Associadas	Sede	% Percentagem	
		2025	2024
Mobiag, Lda	Torres Vedras	3,33%	3,33%

Esta participação foi adquirida em 30 de agosto de 2016, encontrando-se registada pelo custo de aquisição de 200.000 Euros, deduzida de uma imparidade registada em 2023 nesse mesmo montante, por se entender que o montante do investimento não será recuperável.

Outros ativos financeiros

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024 (reexpresso)
Outros Ativos Financeiros		
Iberis Bluetech Fund	623 071	614 238
Fundo Compensação de Trabalho	63 558	63 558
Sub - Total	686 629	677 796
Imparidade	-	-
Total	686 629	677 796

O Fundo IBERIS, Bluetech, é um investimento financeiro atrativo que é simultaneamente elegível para o Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE). O Bluetech tem como objetivo investir em empresas portuguesas que se dedicam especialmente à investigação e desenvolvimento. A estrutura do fundo permite retornos atrativos com proteção do capital investido:

- Possibilidade de recuperar até 82,5% do capital investido através de benefícios fiscais.
- Estratégia de investimento estruturada para garantir a proteção do investimento (75% - 85% para investir em empresas rentáveis e sólidas) e o acesso a retornos elevados.

12 Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20%, que pode ser incrementada até um máximo 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 21,5%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, após a sua ocorrência para os exercícios até 2009, de quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, 5 anos para os exercícios de 2012 e 2013 e 12 anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 2014 a utilização dos prejuízos fiscais está limitada a 70% do lucro tributável gerado no período. No período de tributação de 2021, a utilização dos prejuízos fiscais ao invés de ser de 70%, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 52º do CIRC passa a ser de 80%, beneficiando-se da majoração dada pela redação do n.º 2 do artigo 11º da Lei n.º 27-A/2020 de 10 pontos percentuais. A partir de 2022 deixa de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

31 de dezembro de 2025	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final
Diferenças temporárias que originam Ativos por Impostos Diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	794 730	203 839		998 570
Diferenças temporárias que originam Passivos por Impostos Diferidos				
Decorrentes de reavaliações passadas / reexpressão para IFRS	(2 442 693)	-	928 220	(1 514 473)

31 de dezembro de 2024 (reexpresso)	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final
Diferenças temporárias que originam Ativos por Impostos Diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	794 730	-	794 730
Diferenças temporárias que originam Passivos por Impostos Diferidos				
Decorrentes de reavaliações passadas / reexpressão para IFRS	(1 397 953)	(1 044 740)	-	(2 442 693)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser detalhados como segue:

Descrição	Dezembro 2025	Dezembro 2024 (reexpresso)
Imposto corrente	5 498	(138 171)
Imposto diferido	(1 132 060)	(172 833)
Total	(1 126 561)	(311 003)

A diferença observada na reexpressão de 2024, decorre essencialmente da alteração do normativo aplicável, que implicou ajustamentos nos critérios de reconhecimento e mensuração. Adicionalmente, verificou-se uma variação na taxa de imposto, passando de 21% para 20%, o que teve impacto direto no cálculo das responsabilidades fiscais.

Importa ainda referir o contributo das mais-valias e menos-valias contabilísticas registadas no período, as quais influenciaram o resultado apurado. Por fim, os efeitos associados ao reconhecimento e atualização de impostos diferidos também concorreram para esta diferença, refletindo as expectativas quanto à recuperação ou liquidação futura de valores fiscais.

13 Inventários

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

31-12-2025

Descrição	Nº Viaturas	Valor	Perda p/imparidade	Valor Líquido
Viaturas " Retomas"	25	165 780	-	165 780
Gasolina em viaturas/Tanques (a)		445 412	-	445 412
Total	25	611 192	0	611 192

31-12-2024

Descrição	Nº Viaturas	Valor (reexpresso)	Perda p/imparidade (reexpresso)	Valor Líquido (reexpresso)
Viaturas " Retomas"	24	167 980	-	167 980
Gasolina em viaturas/Tanques (a)		522 637	-	522 637
Total	24	690 618	0	690 618

(a) A rubrica de "Gasolinas em viaturas/Tanques" corresponde ao valor da compra de combustíveis que se encontra nos tanques e nos depósitos das viaturas que a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 se encontravam em parque.

14 Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Clientes Conta Corrente	10 062 318	8 554 633
Perdas por imparidade	(3 198 681)	(2 937 795)
Empresas Relacionadas (Nota 6)		
Clientes Conta Corrente	123 257	125 746
Total	6 986 894	5 742 586

As Perdas por imparidade dizem respeito a saldos com antiguidade superior a 2 anos, pelo que, o gasto já foi totalmente aceite fiscalmente, não dando assim origem a imposto diferido ativo.

15 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Pessoal	30 598	1 189
Acrescimos de rendimentos		
Contratos de aluguer de viatura (a)	1 421 959	1 368 887
Reclamação de seguros (b)	140 198	110 276
Outros	573 959	556 320
Estado		
Imposto sobre o rendimento	1 838	218 171
Imposto sobre o valor acrescentado	310 613	379 827
Outros devedores		
Hertz International Limited	518 821	61 352
Hertz Europe Service Centre	-	-
Depósitos cauções	159 358	86 920
"Adiantamentos a fornecedores"	302 722	263 680
Outros devedores	1 082 654	747 899
Empresas Relacionadas (Nota 6)	1 846 562	1 737 381
Total	6 389 283	5 531 903

- (a) A rubrica de "Contratos de aluguer de viaturas" corresponde ao valor dos contratos de aluguer que se encontravam em curso em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e que só foram encerrados e faturados em data posterior.
- (b) O valor de 140.198 Euros registado na rubrica “Reclamações de Seguros” corresponde à estimativa de custos suportados com viaturas acidentadas, que a Empresa deverá recuperar das seguradoras.
- (c) Variação decorrente da conversão da dívida da HR RIDE Portugal S.A. em capital (Nota 11).

16 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024 (reexpresso)
Diferimentos Ativos		
Gastos a reconhecer		
Rendas Instalações	26 075	63 645
Concessões em aeroportos	115 393	115 393
Seguros Automóvel/Outros	142 791	142 290
Contratos de manutenção (a)	154 301	124 051
Outros	15 620	10 223
Total	454 179	455 601

- (a) A rubrica de "Contratos de manutenção" corresponde ao custo de recondicionamentos futuros para viaturas que encontram na frota em regime buy-back.

17 Ativos não correntes detidos para venda

Os Ativos não correntes detidos para venda encontram-se decompostos nas rubricas “Viaturas Car Sales” e “Viaturas Salvados”, conforme segue:

31-12-2025

Descrição	Nº Viaturas	Valor	Perda p/imparidade	Valor Líquido
Viaturas "Car Sales"	-	-	-	-
Viaturas "Salvados"	5	99 084	(80 913)	18 171
Viaturas "Cabo Verde"	-	-	-	-
Total	5	99 084	(80 913)	18 171

31-12-2024

Descrição	Nº Viaturas	Valor (reexpresso)	Perda p/imparidade (reexpresso)	Valor Líquido (reexpresso)
Viaturas "Car Sales"	20	605 779	-	605 779
Viaturas "Salvados"	17	229 050	(95 417)	133 632
Viaturas "Cabo Verde"	-	-	-	-
Total	37	834 829	(95 417)	739 412

18 Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Empresa era representado por 611.958 ações, ao portador, com o valor nominal de 5 euros.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem Prestações suplementares.

Reserva legal

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
CSC artº 295º	690 500	690 500
CSC artº 324º	2 454 398	2 454 398
	3 144 898	3 144 898

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Entidade. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

De acordo com o Regime das ações próprias enquanto as ações pertencerem à Sociedade, deve tornar-se indisponível uma reserva de montante igual àquele por que elas estejam contabilizadas.

Não foram adquiridas ou alineadas ações próprias durante o exercício, sendo que a sociedade detém 30.500 ações próprias a 31 de dezembro de 2025.

Ajustamentos/Outras variações de Capital Próprio

Evidencia os ajustamentos decorrentes, designadamente, da utilização do método da equivalência patrimonial em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas.

Resultados transitados

Houve um aumento no montante de 482.369 euros, através do resultado do exercício de 2024.

Aplicação de resultados

Em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 16 de julho de 2025, o resultado líquido negativo do exercício de 2024 no montante de 1.327.057 euros foi integralmente transferido para Resultados transitados.

19 Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	31-12-2025				
	Roubo Viaturas	Investimentos Financeiros (i)	Outros riscos e encargos (ii)	Processos Judiciais em curso	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	54 695	0	0	148 600	203 295
Aumentos	64 479				64 479
Reversões					-
Utilizações	(54 695)				(54 695)
Regularizações					
Aumento quantia descontada					
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	64 479	0	0	148 600	213 079

	31-12-2024				
	Roubo Viaturas	Investimentos Financeiros (i)	Outros riscos e encargos (ii)	Processos Judiciais em curso	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	94 174	4 665 276	0	148 600	2 564 129
Aumentos	43 520	1 363 444			1 406 964
Reversões					-
Utilizações	(82 999)	(6 028 720)			(6 111 719)
Regularizações					
Aumento quantia descontada					
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	54 695	0	0	148 600	203 295

(i) A provisão efetuada nos investimentos financeiros corresponde à percentagem da participação nos capitais próprios negativos. A utilização da provisão existente foi realizada para fazer face à conversão da dívida em capital da associada HR RIDE Portugal S.A., conforme apresentado na Nota 11.

20 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025			31-12-2024 (reexpresso)		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos obtidos						
HR Owner	7 599 403	14 686 453	22 285 856	8 162 222	16 773 800	24 936 022
Empréstimos	659 926	1 502 084	2 162 010	598 567	1 052 769	1 651 336
Total	8 259 329	16 188 537	24 447 866	8 760 789	17 826 569	26 587 358

20.1 Planos de pagamento

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da Empresa relativas a empréstimos bancários e a financiamento para a aquisição de viaturas ("HR Owner"), tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	Ano 2025	Ano 2026 (Corrente)	Ano 2027 e seguintes (Não corrente)
Empréstimos Bancários	674 563	659 926	1 502 084
Total dos Empréstimos Bancários	674 563	659 926	1 502 084
HR Owner	10 146 839	7 599 403	14 686 453
Total dos Financiamentos Obtidos	10 146 839	7 599 403	14 686 453

21 Passivos por locação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de Passivos por locação apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025			31-12-2024 (reexpresso)		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivos por locação						
Bank Owner (RoU)	8 102 728	9 910 922	18 013 650	9 214 475	13 987 132	23 201 608
Viaturas Buy-back	3 936 539	622 096	4 558 636	772 787	1 571 532	2 344 319
Edifícios	998 620	5 636 943	6 635 563	302 418	60 579	362 997
Total	13 037 887	16 169 962	29 207 849	10 289 681	15 619 243	25 908 924

21.1 Bank Owner (RoU)

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da Empresa relativas a locações (Bank Owner – RoU), tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	Ano 2025	Ano 2026 (Corrente)	Ano 2027 e seguintes (Não corrente)
Passivos por locação			
Bank Owner (RoU)	15 993 535	8 102 728	9 910 922
Total	15 993 535	8 102 728	9 910 922

21.2 Buy-backs

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da Empresa relativas a locações (Buy-backs), tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	Ano 2025	Ano 2026 (Corrente)	Ano 2027 e seguintes (Não corrente)
Passivos por locação			
Viaturas Buy-back	10 625 077	3 936 539	622 096
Total	10 625 077	3 936 539	622 096

21.3 Edifícios

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da Empresa relativas a locações (Edifícios), tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	Ano 2025	Ano 2026 (Corrente)	Ano 2027 e seguintes (Não corrente)
Passivos por locação			
Edifícios	984 502	998 620	5 636 943
Total	984 502	998 620	5 636 943

22 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores Empresas Relacionadas (Nota 6)	416 170	35 917
Fornecedores outros	3 243 106	3 785 696
Total	3 659 277	3 821 614

23 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores de investimentos	855 778	49 860
Pessoal	2 746	6 325
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1 004 754	1 038 302
Comissões	750 250	916 073
Seguros a liquidar	109 518	128 594
IUC	218 921	319 147
Rendas Viaturas Lease	152 726	1 441 309
Royalties	184 403	173 571
Recondicionamentos de viaturas	5 275 476	3 751 866
Outros acréscimos de gastos	2 152 463	911 902
Adiantamentos de clientes	575 640	840 801
Estado		
Retenção de impostos sobre rendimentos	106 101	105 948
Contribuições para a segurança social	190 081	180 244
Tributos das autarquias locais	13 756	13 849
Hertz Europe Limited	964 927	964 927
Outros credores	2 447 968	377 697
Total	15 005 507	11 220 413

O acréscimo de gastos com férias e subsídio de férias diz respeito aos montantes do mês de férias e subsídio de férias dos trabalhadores da Empresa, cuja responsabilidade é assumida em 2025 e 2024, respetivamente, cujos montantes serão apenas liquidados em 2026 e 2025.

O acréscimo de gastos com comissões corresponde aos valores a pagar a parceiros com quem a Empresa trabalha, por conta das vendas que ocorreram em 2025 e 2024 respetivamente.

O acréscimo de gastos com rendas de viaturas *lease* diz respeito aos gastos com locações operacionais de 2025 e 2024, respetivamente, para as quais a Empresa ainda não tem uma fatura registada.

O acréscimo de gastos com acondicionamento de viaturas corresponde ao registo da obrigação presente que existe com a reparação das viaturas que a empresa tem em regime de locação operacional a ocorrer no momento da entrega do carro. Este acréscimo de gastos vai sendo constituído ao longo do período do contrato e com base no histórico de acondicionamentos já efetuados.

24 Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Vendas de retomas (Nota 14)	1 038 385	158 412
Segmento Corporate	22 370 478	22 464 443
Segmento Leisure	47 756 412	49 655 886
Total	71 165 275	72 278 741

Em 2025, a atividade de aluguer registou uma ligeira contração face ao ano anterior, com a faturação a totalizar 71,17 milhões de euros, o que representa uma redução de 1,5% face a 2024. Esta variação ocorreu apesar de a empresa ter atingido o maior número de dias vendidos de sempre, o que evidencia um aumento da sua quota de mercado num setor cada vez mais competitivo.

O segmento Corporate apresentou uma quebra de 0,42%, registando uma faturação de 22,37 milhões de euros. No segmento Leisure, a quebra foi mais acentuada, atingindo 3,83%. Este último representou 68,10% da faturação total da empresa.

25 Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Subsídios à exploração” é detalhada conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Subsídios de outras entidades	3 202	-
Total	3 202	-

26 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é detalhada conforme se segue:

Movimentos	2025	2024
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo inicial	167 980	182 247
Compras	949 911	2 134
Regularizações		
Saldo final	165 780	167 980
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	952 112	16 401

27 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Rendas Contratos Frota	383 610	6 163 057
Trabalhos especializados	1 522 811	1 422 581
Comissões	2 888 121	2 767 187
Energia e Fluidos	1 851 216	1 766 185
Rendas e alugueres	7 905 875	7 262 396
Seguros	1 683 796	1 622 974
Royalties	4 345 574	4 424 030
Serviços/Comissões Hertz Intercompany	2 651 137	2 602 798
Transporte/Manutenção Viaturas	8 624 596	8 403 725
Portagens	3 416 881	4 207 693
Outros	2 750 579	2 902 874
Total	38 024 197	43 545 500

A variação das rubricas de "Fornecimentos e serviços externos" entre 2024 e 2025 resulta essencialmente da adoção da IFRS 16 e da evolução dos custos operacionais associados à atividade da Empresa, destacando-se os seguintes fatores:

- Rendas de contratos de frota: registaram uma redução significativa de 94% face a 2024. Esta variação decorre, essencialmente, da adoção da IFRS 16, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, na sequência da qual os contratos de aluguer de viaturas anteriormente reconhecidos nesta rubrica passaram a ser reconhecidos como ativos sob direito de uso e passivos de locação, deixando de ser registados em Fornecimentos e serviços externos. Adicionalmente, em 2024, esta rubrica incluía contratos de aluguer com duração inferior a um ano, os quais passaram a ser tratados de acordo com a política contabilística adotada no âmbito da IFRS 16.
- Rendas e alugueres: aumento de €0,64 milhões (+9% face a 2024), decorrente essencialmente do aumento da taxa aeroportuária de Lisboa e da atualização de contratos de arrendamento.
- Transporte/Manutenção de viaturas: aumento de €0,22 milhões (+3% face a 2024), refletindo o aumento dos custos unitários de manutenção e reparação das viaturas, bem como o aumento dos preços praticados pelos prestadores de serviços do setor.

Estas variações encontram-se alinhadas com o contexto operacional descrito no Relatório de Gestão. Em 2025, a Empresa prosseguiu a sua política de renovação seletiva da frota, realizando investimentos de 18,7 milhões de euros. A frota média situou-se em 5.836 viaturas, com um pico de 7.959 viaturas, refletindo uma gestão orientada para a otimização da capacidade instalada e da eficiência operacional.

28 Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	497 514	372 726
Remunerações do pessoal	7 734 914	7 137 817
Indemnizações	345 737	12 083
Encargos	1 684 140	1 672 549
Seguros acidente trabalho	66 708	65 347
Gastos ação social	8 306	10 815
Outsourcing	127 592	117 856
Outros	351 330	247 524
Total	10 816 241	9 636 717

Em 2025, o número médio de colaboradores foi de 295 (2024: 293), mantendo-se o quadro de pessoal globalmente estável face ao exercício anterior.

29 Imparidade de ativos

A imparidade para cada classe de ativos, apresentava a seguinte decomposição, em 2025 e 2024:

Descrição	2025		2024	
	Dívidas a receber (Nota 15)	Investimentos não depreciáveis (Nota 10)	Dívidas a receber (Nota 15)	Investimentos não depreciáveis (Nota 10)
Perdas de imparidade				
Reforços	(383 448)	(1 499 683)	(176 329)	(82 944)
Reversões	123 298	95 167	85 027	81 901
Total	(260 151)	(1 404 516)	(91 302)	(1 043)

30 Aumentos/reduções de justo valor

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Iberis Bluetech Fund	8 834	7 361
Total	8 834	7 361

Os movimentos nesta rubrica referem-se à valorização do fundo Iberis Bluetech.

31 Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Indemnizações (acidentes viaturas)	561 115	481 837
Royalties sub-franchise	226 068	159 367
Alienação ativos tangíveis (a)	19 788 945	25 450 280
Diferenças câmbio favoráveis	17	7 560
Correções exercícios anteriores	115 748	181 210
Comissões Financiamento Frota (b)	1 076 536	1 147 529
Outros	488 480	583 095
Total	22 256 908	28 010 878

(a) A rubrica “Alienação ativos tangíveis” corresponde à margem bruta gerada na venda de viaturas no produto “Hertz Carros Usados”, 1.234 viaturas em 2025, 1.342 viaturas em 2024.

(b) A rubrica “Comissões Financiamento Frota” corresponde às comissões recebidas pela intermediação do crédito na venda das viaturas “Hertz Carros Usados”, junto dos nossos parceiros de financiamento.

32 Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Impostos (a)	889 986	1 034 407
Dívidas incobráveis	211 888	88 455
Alienação ativos tangíveis	18 675 332	24 490 953
Ofertas de alugueres	79 825	82 349
Correções exercícios anteriores	168 357	164 246
Outros	240 953	151 516
Total	20 266 341	26 011 927

(a) O IUC representa cerca de 87% da rubrica “Impostos”.

33 Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Juros depósitos de contas correntes	29 348	51 927
Dividendos Iberis Bluetech Fund	8 436	10 792
Outros não especificados	39 034	9 842
Total	76 818	72 561

34 Juros e gastos similares suportados

O detalhe desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2025	2024 (reexpresso)
Locações financeiras e operacionais	2 096 494	3 829 964
Outros Juros	105 895	204 585
Total	2 202 389	4 034 549

35 Gestão do Risco Financeiro

A Empresa tem definida uma política de gestão dos riscos financeiros que traça as diretrizes transversais à mesma, com vista a identificar, medir e gerir os diferentes riscos a que está exposta.

A referida política de gestão cobre, entre outros, o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

A gestão do risco é conduzida pela Direção Financeira da Empresa, que analisa regularmente a evolução dos mercados, monitoriza o grau de exposição da Empresa aos diferentes riscos identificados, adota medidas de gestão dos mesmos e realiza coberturas com recurso a instrumentos financeiros sempre que se entenda como adequado.

1. Risco cambial

A exposição cambial da Empresa é reduzida, restringindo-se a transações ocasionais realizadas no âmbito da sua atividade. O respetivo impacto nos exercícios de 2024 e 2025 encontra-se apresentado na Nota 39.

Atendendo à reduzida materialidade dos saldos e transações em moeda estrangeira, a Empresa não dispõe de uma política específica de gestão do risco cambial.

Não se apresentou a exposição dos ativos e passivos financeiros ao risco cambial, nem uma análise de sensibilidade aos mesmos, considerando a sua imaterialidade.

2. Risco de taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro da Empresa encontra-se associada à dívida líquida remunerada contratada, sendo o objetivo de gestão do risco de taxa de juro reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados.

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro é revista anualmente, em função da expectativa da evolução das taxas no mercado em que a Empresa atua.

Análise de sensibilidade

A Empresa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes.

O impacto de um aumento de 0,5% nas taxas de juro, para todos os financiamentos contratados pela Empresa a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é conforme se segue:

	2025	2024
Aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / diminuições)	(2 213 401)	(4 054 721)

Exposição ao risco de taxa de juro

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

RUBRICAS	0-6 meses	6-12 meses	1-5 anos	+5 anos	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2025					
ATIVO					
Ativo corrente					
Caixa e depósitos bancários	6 688 434				6 688 434
Total de Ativos financeiros	6 688 434	0	0	0	21 148 154
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos			16 188 537	0	16 188 537
Passivo corrente					
Financiamentos obtidos	3 329 909	4 929 421			8 259 329
Total de Passivos financeiros	3 329 909	4 929 421	16 188 537	0	24 447 866
RUBRICAS	0-6 meses	6-12 meses	1-5 anos	+5 anos	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2024					
ATIVO					
Ativo corrente					
Caixa e depósitos bancários	6 371 946				6 371 946
Total de Ativos financeiros	6 371 946	0	0	0	19 532 066
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos			17 826 569		17 826 569
Passivo corrente					
Financiamentos obtidos	4 290 084	4 470 705			8 760 789
Total de Passivos financeiros	4 290 084	4 470 705	17 826 569	0	26 587 358

3. Risco de liquidez

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias:

- garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características do negócio onde exerce a sua atividade, e
- através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pela Empresa e pela sua Direção Financeira da Empresa na preparação do orçamento anual. É da responsabilidade dessa Direção a monitorização das previsões de necessidades de liquidez da Empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades de financiamento.

Adicionalmente, são determinados objetivos para a Empresa, no que respeita aos montantes e prazos de financiamento que se pretende assegurar e ao cumprimento das políticas financeiras e rácios de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a liquidez dos passivos financeiros contratados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual:

RUBRICAS	0-6 meses	6-12 meses	1-5 anos	+5 anos	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2025					
Financiamentos obtidos	3 329 909	4 929 421	16 188 537	0	24 447 866
Passivos por locação	7 847 860	5 190 028	14 061 271	2 108 690	29 207 849
Total de Passivos	11 177 769	10 119 448	30 249 808	2 108 690	53 655 716

RUBRICAS	0-6 meses	6-12 meses	1-5 anos	+5 anos	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Financiamentos obtidos	4 290 084	4 470 705	17 826 569		26 587 358
Passivos por locação	4 441 630	5 848 051	15 619 243		25 908 924
Total de Passivos	8 731 714	10 318 756	33 445 813	0	34 092 497

4. Risco de crédito

A Empresa encontra-se exposta ao risco de crédito relativamente aos saldos a receber de clientes e de outros devedores.

A gestão deste risco assenta na monitorização contínua da antiguidade dos saldos, na avaliação da capacidade de pagamento dos clientes e no acompanhamento regular das cobranças. Sempre que existam indícios de incumprimento, são constituídas perdas por imparidade de acordo com a política contabilística adotada e os requisitos aplicáveis.

Relativamente a uma parte significativa dos clientes internacionais associados à rede Hertz, o risco de crédito encontra-se mitigado através do sistema EuroSwap, no âmbito do qual a Hertz Europe assegura a liquidação dos respetivos créditos, reduzindo de forma substancial a exposição da Empresa ao risco de incumprimento desses clientes.

A Administração considera que os procedimentos de acompanhamento e controlo implementados, conjuntamente com os mecanismos de mitigação existentes, permitem manter o risco de crédito dentro de níveis considerados aceitáveis.

Equivalentes de caixa

A Empresa tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise de risco e com plafonds previamente aprovados.

A análise da qualidade do risco de crédito das contrapartes baseia-se sempre que possível na respetiva notação de rating.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima da Empresa ao risco de crédito de ativos financeiros corresponde ao valor líquido dos mesmos, conforme segue:

RUBRICAS	31-12-2025	31-12-2024
Ativo corrente		
Cientes	6 986 894	5 742 586
Outros créditos a receber	6 389 283	5 531 903
Caixa e depósitos bancários	6 688 434	6 371 946
Total de Ativos	21 148 154	19 532 066

Estrutura de antiguidade de saldos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os créditos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

	31-12-2025	31-12-2024
<u>Valores não vencidos</u>	3 192 811	4 139 462
<u>Valores vencidos:</u>		
De 1 a 90 dias	3 066 521	854 255
De 91 a 180 dias	747 266	388 871
De 181 a 360 dias	22 447	347 787
De 361 a 540 dias	(61 445)	34 955
De 541 a 720 dias	96 601	29 893
A mais de 721 dias	(77 307)	(52 639)
Cientes	6 986 894	5 742 585

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Risco de crédito de equivalentes de caixa

O risco de crédito associado aos equivalentes de caixa resulta da possibilidade de incumprimento das instituições financeiras onde os depósitos e aplicações de curto prazo se encontram colocados.

A Sociedade procura mitigar este risco através da manutenção dos seus recursos financeiros em instituições financeiras com elevada solidez financeira e reputação no mercado, procedendo a uma monitorização regular da respetiva qualidade creditícia.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito associada à rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondia ao respetivo valor contabilístico de 2.129.426 Euros a 31 de dezembro de 2025. A Sociedade não detinha qualquer montante vencido ou em imparidade relacionado com estes ativos financeiros.

A Administração considera que o risco de perda associado aos equivalentes de caixa é reduzido, atendendo à qualidade creditícia das instituições financeiras que servem de contraparte.

Imparidade de clientes e outros devedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nas perdas acumuladas por imparidade de clientes e outras dívidas a receber são conforme se segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final	Efeito em resultados
31 de dezembro de 2025					
Perdas de imparidade de clientes	(2 937 795)	(383 448)	123 298	(3 198 681)	(260 151)
31 de dezembro de 2024					
Perdas de imparidade de clientes	(2 846 493)	(176 329)	85 027	(2 937 795)	(91 302)

36 Resultado por ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 2025 e em 2024 foi determinado como se segue:

	2025	2024 (reexpresso)
Resultados:		
Resultado líquido do período	(2 631 272)	482 369
Nº de ações	611 958	611 958
Resultado por ação	-4,30	0,79

37 Honorários do revisor oficial de contas e outros consultores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os honorários prestados pelo Revisor Oficial de Contas, foram os seguintes:

	2025	2024
Serviços de revisão legal de contas	82 000	75 000
Total	82 000	75 000

38 Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2026.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

39 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio divulgadas pelo Banco de Portugal:

MOEDA	2025	2024
USD - Dólar Americano	1,1750	1,0389
CHF - Franco Suíço	0,9314	0,9412
GBP - Libra Esterlina	0,8726	0,8292
ECV - Escudo Verde	110,2650	110,2650

Os rendimentos/ganhos e gastos/perdas dos Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio encontram-se registados em “Outros” nas rubricas de “Outros rendimentos” e “Outros gastos”, e totalizam no período findo em 31 de dezembro de 2025, 17 euros (2024: 7.560 euros) e 17.516 euros (2024: 1.704 euros), respetivamente.

40 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025 a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a Empresa detinha 30.500 ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O contabilista certificado

Administração

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da HR - Aluguer de Automóveis, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 92.504.108 euros e um total de capital próprio de 18.456.057 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.631.272 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da HR - Aluguer de Automóveis, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: NjgxODc1N2JiZjU4MzYxZmJlOGE3MGFjDE4MTU5NzkzODI1NzU0MzcyNTUyIENMQw==

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

9 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Signed by:

40EA666AD0194B4...

Gonçalo Feijóo Leite Monteiro, ROC n.º 2024
Registado na CMVM com o n.º 20220008